



MUNICÍPIO DE AVEIRO
Assembleia Municipal

ACTA N.º 40

Sessão Ordinária de Junho

2.ª Reunião de 02-07-2007

Aos dois dias do mês de Julho de dois mil e sete, reuniu a Assembleia Municipal de Aveiro, no edifício sede, sito na Avenida Lourenço Peixinho, presidida pelo Primeiro Secretário Celso Augusto Batista dos Santos, na qualidade de Presidente da Assembleia Municipal, secretariado pelo Segundo Secretário Manuel José Prior Pedreira Neves na qualidade de Primeiro Secretário e pelo Vogal Alexandre Jorge Ribeiro Caleiro, na qualidade de Segundo Secretário, e com a presença dos seguintes Vogais, Manuel António Coimbra Rodrigues da Silva, João Evangelista Rocha de Almeida, Sérgio Filipe Pires Loureiro, João Carlos Martins Valente, Fernando José Florentino Marques, Victor Manuel da Silva Martins, António Mário da Fonseca Neto, Casimiro Simões Calafate, Fernando Tavares Marques, Luís Claro de Jesus, Sesnando Alves dos Reis, José António Tavares Vieira, José da Cruz Costa, Maria Teresa Fidélis da Silva, Pedro Machado Pires da Rosa, Ana Maria Pinho de Seiça Neves Ferreira, Mário Manuel Borges Pereira Pinto, Ana Carla Guerra de Miranda Macedo, António Bastos Marques Rodrigues, João Alberto Simões Barbosa, António Ildebrando Nunes Costeira, Manuel Vieira dos Santos, Maria Romana Alves Macedo Fragateiro da Cunha, António Santos Costa, Miguel Alexandre de Oliveira Soares e Fernandes, Jorge Manuel do Nascimento, Carlos Mário Magalhães Anileiro, Telmo Vieira Martins, Fernando Jorge Morais Ferreira Afonso e António Manuel de Pinho Regala.

Pelas 21:00 horas o Presidente da Mesa declarou aberta a reunião.

No momento da chamada verificou-se a ausência do seguinte Vogal:

Álea Gilda Salgueiro Morgado Teixeira, Joaquim Manuel Silva Marques, Carlos Natividade da Costa Candal, João António Fernandes Pedroso e Carlos Eduardo Maria Martins.

Por parte da Câmara Municipal estavam presentes, o Presidente Élio Manuel Delgado da Maia, e os Vereadores Luís Miguel Capão Filipe, Carlos Manuel da Silva Santos, Pedro Nuno Tavares de Matos Ferreira, Jorge Manuel Henriques de Medeiros Greno, Nuno Manuel Marques Pereira, Margarida Dias Ferreira e António Rocha Dias de Andrade (chegou às 22:45 horas).

Seguidamente, nos termos do artigo 77.º da Lei n.º 169/99 de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei n.º 5-A/2002 de 11 de Janeiro, a Presidente da Mesa deu conhecimento ao plenário da substituição nesta reunião dos vogais Regina Maria Pinto da Fonseca Ramos Bastos, Orlando Eduardo Silva Terra Sêca e Rui Alexandre Guerra de Miranda Macedo, pelos sucedâneos na lista de candidatura, Sérgio Filipe Pires Loureiro, Mário Manuel Borges Pereira Pinto e António Bastos Marques Rodrigues, respectivamente.

De seguida o Presidente da Mesa em exercício² deu continuação ao Período de Antes da Ordem do Dia, da anterior reunião.

PERÍODO ANTES DA ORDEM DO DIA (CONTINUAÇÃO)

Usaram da palavra os Vogais já inscritos:

Vogal Ana Seiça Neves (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴⁴

“Boa noite Senhor Presidente. Trago hoje de novo a esta Assembleia o Canal de S. Roque. Esta zona passou, após as obras aí feitas e com bom aproveitamento, que creio todos reconhecem, a ser um dos locais de lazer e passeio dos aveirenses.

É de facto uma zona bonita, bem integrada e que Aveiro inteligentemente recuperou.

São centenas as pessoas que utilizam aquele local, seja para caminhadas, corridas, andar de bicicleta, passear com os filhos ou mesmo passear os cães. A utilização pelos aveirenses daquele passeio, é de facto o reconhecimento que aquele local é aprazível.

Porém, aquele espaço tem vindo a degradar-se apesar de já se ter chamado à atenção nesta Assembleia. Creio, porém, que a Câmara nada fez para obviar a que esta situação continuasse. Pergunto, porque é que aquela zona, sobretudo naquela parte depois da ponte, até ao final, isto é, do Sal Poente em direcção à VitaSal, continua mal iluminada e até às escuras?

Será que não querem que os aveirenses o utilizem na sua totalidade? É mais uma obra para deixar morrer?

As áreas verdes estão também descuidadas, direi mesmo degradadas, dando lugar a uma paisagem completamente oposta àquela com que nos deparávamos aquando da sua inauguração.

Acresce ainda que, ultimamente, os utentes daquela zona, passaram a recear pela sua integridade física, pois há queixas de terem sido atingidos por pedras, tendo até recebido tratamento hospitalar.

Eu pergunto: A Câmara não pretende preservar o Canal de S. Roque? É atribuição desse órgão zelar pelos espaços públicos e não é isso que está a acontecer. Porquê?

E já que estamos no Canal de S. Roque, continuemos o passeio em direcção à lota.

Bem sei que é uma área que espera intervenção, mas que não está interdita a quem lá queira ir passear. Só que não sabem o que os espera.

Quem pretende dar uma volta de bicicleta seja sozinho, seja em família, depara-se com uma matilha que investe contra os visitantes. Resultado: várias pessoas tiveram que receber tratamento hospitalar.

Também aqui a Câmara Municipal nada tem feito para evitar esta situação e também aqui se mostra relapsa, pois que lhe compete providenciar pela segurança dos cidadãos, competindo-lhe a recolha e encaminhamento de cães vadios e abandonados.

Aqui fica a nota da situação e espera-se que a Câmara Municipal cumpra também esta sua obrigação, para bem dos seus munícipes.

Vogal Sérgio Loureiro (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴⁵

“Muito obrigado Senhor Presidente. Duas notas muito breves. A primeira para lamentar o facto do Vereador Jorge Greno ir deixar as funções na Câmara. Aproveito para elogiar a forma como ele esteve enquanto Vereador da Câmara. As poucas vezes que tive oportunidade de falar com o Dr. Jorge Greno foram para mim oportunidades muito saudáveis, louváveis até, e desafio desde já a reassumir as suas funções no Conselho Fiscal do Beira-Mar e prestar esse valiosíssimo préstimo que ele deu à Câmara ao Beira-Mar.

A segunda nota que eu gostaria de chamar à atenção é na pessoa do Dr. Miguel Capão Filipe, para o elevador da Biblioteca Municipal de Aveiro — continua avariado Senhor Vereador! Aquilo é um problema que afecta essencialmente uma funcionária que tem dificuldade de locomoção e eu espero, eu que sou um utilizador habitual da Biblioteca que o elevador seja arranjado o mais breve possível. Muito obrigado.”

Vogal Florentino Marques (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁵

Muito obrigado, Senhor Presidente. Duas breves notas. Continuamos com acessos difíceis a Esgueira! Impõe-se a revolução urgente do acesso a Esgueira. O acesso a Esgueira é difícil lá chegar. Sabemos que é uma situação difícil sabendo como estão as coisas. Mas urge uma solução urgente.

Segunda nota. Aquilo que vou dizer pode parecer à partida questão menor, mas não é uma coisa tão menor assim. Dia do Município: quer-me parecer que a sessão solene do dia do município deveria ter um protocolo bem mais rígido para que não seja subtraída solenidade àquele acto. Não é um dia qualquer, não é só mais um feriado — é um dia único no município. E não sendo eu um adepto da gravata ou das coisas rígidas, quer-me parecer que tshirt's verdes e peúgas brancas não são assim muito compatíveis com a solenidade da cerimónia. Enfim, parece-me bem que as pessoas sejam sensibilizadas para quando lá forem tenham atenção a alguns detalhes. Muito obrigado.”

Vogal Teresa Fidélis (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁶⁶

“Muito Obrigado, Senhor Presidente. Eu gostaria de fazer uma breve intervenção questionando o Sr. Presidente da Câmara sobre o estado do processo de revisão do Plano Director Municipal. Eu tentei informação sobre esta questão na Comunicação do Senhor Presidente, tentei também encontrar informação no sítio da Câmara, mas de facto não consegui encontrar.

Provavelmente todos nesta sala sabem da importância que o PDM enquanto instrumento de política local para a definição do modelo de estrutura espacial do território, das prioridades e opções estratégicas de investimento no município e da estratégia de desenvolvimento local.

Todos sabemos também da relevância que tem para a qualificação do desenvolvimento da vida dos munícipes e dos valores ambientais locais. Eu gostava de lembrar, no âmbito de uma reflexão que tem vindo a ser feita, que o PDM constitui também um documento de suporte à gestão autárquica. Todos sabemos também que a revisão é um processo moroso.

Mas o PDM constitui também um verdadeiro teste ao grau de consolidação do processo democrático preconizado pela governação local vigente, isto é: o processo de revisão do PDM local é um teste à sua capacidade de envolver os cidadãos e as instituições locais (entre as quais destaco a Assembleia Municipal) para que se o Plano seja uma construção colectiva e não um documento de um mandato; e é também um teste à sua capacidade de equacionar as competências e atribuições em matéria do desenvolvimento local e ao modo de concretizar e de construir parcerias com outras entidades locais.

Neste sentido, o processo de revisão PDM é de facto teste à sua governação ou “governança” como alguns gostam de dizer.

A verdade é que até agora pouco ou nada sabemos sobre o que se passa como o processo de revisão de um documento de planeamento que é de todos nós, para todos nós e para os próximos 10 anos deste município. c

É verdade que o enquadramento legislativo que estabelece o processo de elaboração e revisão dos PDM (até agora definido através do Dec-Lei 389/99) foi recentemente alterado, estando para breve a sua publicação, mas tal não é motivo que justifique a sua falta de divulgação e de informação sobre o processo que está a decorrer.

E neste sentido, eu gostaria que o Sr. Presidente me respondesse a três questões muito breves: Primeira, é saber em que fase está o processo de revisão do PDM e se já houve alguma reunião da Comissão Mista de Coordenação, constituída, tal como nos informou nesta sala há já largos meses. Estamos numa fase particularmente importante para a definição de prioridades de desenvolvimento em articulação com outros instrumentos económicos e de ordenamento,

nomeadamente o QREN (que foi hoje assinado no Porto) e o futuro PROT que está a ser desenvolvido. E é particularmente importante que Aveiro tenha ideias claras sobre como se pretende desenvolver, que infra-estruturas e investimentos pretende promover ou mobilizar para o nosso território? E neste sentido saber o que é que a Câmara Municipal está a pensar sobre esta matéria.

A segunda questão é saber quais foram os principais pressupostos de partida para a revisão, para além da obrigatoriedade legal e temporal de o fazer? Por outras palavras, com foi feito o processo de avaliação do PDM anterior, para a identificação dos seus aspectos mais positivos e mais negativos que devam informar a revisão do Plano? E neste sentido eu perguntava se foram apreciados os relatórios de avaliação da execução no PDM, que foram preparados anualmente, e que foram apreciados na Assembleia Municipal, de acordo com um artigo 49.º do Regulamento? Que uso foi feito dos contributos emanados desses relatórios?

Por último, gostaria que o Senhor Presidente informasse esta Assembleia sobre como está a pensar fazer o processo de debate público sobre a proposta de Plano? Quantas sessões públicas, envolvendo que grupos de munícipes, investidores, agentes locais, etc. e quando é que vai surgir informação sobre a revisão do PDM no sitio da Câmara Municipal?

Algumas Câmaras Municipais têm adoptado um sistema de divulgação do processo e de alguma documentação escrita no site da Internet, convidando os munícipes a apresentar comentários e sugestões. Lembrando que foi um dos 'lei motive' da sua campanha uma maior proximidade com os munícipes e um maior consulta destes nos processos de tomada de decisão mais importantes, gostaria de perguntar se esta Câmara está a pensar numa ampla (ou restrita) divulgação da sequência do processo e da proposta de PDM e através de que meios?

Já agora aproveito para fazer uma chamada de atenção sobre o site da CMA e ao seu conteúdo relativamente aos Planos de Ordenamento. É extremamente difícil encontrar Planos. Encontra-se o regulamento do PDM e algum outro, mas não há um link dirigido ao planeamento ou ao ordenamento do território que é um dos seus documentos fundamentais da actividade da Câmara Municipal. Muito Obrigado.”

(Entretanto entrou na sala o Vogal Raúl Ventura Martins)

Vogal Santos Costa (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [u](#)

“Obrigado Senhor Presidente. São duas preocupações. Uma é relativamente aos passeios, às calçadas que estão a levantar em Santiago por força do crescimento das árvores. É que ou se cortam as árvores ou se arranja outro sistema de calçada para que não se ande sempre a gastar aí dinheiro. É que realmente é demais aquilo que se está lá a passar e penso que foi uma má opção na escolha das árvores porque têm raízes muito superficiais de provocam efectivamente esse problema na calçada.

A outra era sobre as preocupações aqui já trazidas pela Dr.ª Seíça Neves do canal de São Roque e que eu acrescentaria (não sei se foi coincidência ou não), mas fiquei com a ideia de que nem todo o canal está iluminado. Há lá muitas lâmpadas que se encontram apagadas ou pelo menos no dia em que eu fui estavam apagadas e convém que haja luz porque há muita gente ali a circular e que faz o trajecto desde o canal central até à VitaSal.

Depois destas duas notas (tenho muita pena, não está cá o Dr. Carlos Candal). Eu não posso deixar de responder à referência que ele aqui fez. Eu terei de dizer aqui aquilo que senti naquele dia, mas que não tive oportunidade de lhe responder.

A questão prende-se que, não reunião passada, o Dr. Carlos Candal (e reparei que estava virado para a bancada do PSD e do CDS), falava ele de provocações que eram feitas ao Dr. Alberto Souto, provocando nele vontade de se recandidatar. Desconhecendo eu quem lhe encomendou tal tarefa e supondo eu que se trata de uma antecipação pessoal para atingir

outros objectivos políticos (que diga-se de passagem são legítimos), não podemos perder a oportunidade de lhe lembrar:

Primeiro que, as eleições só acontecerão em 2009;

Segundo que, estou convencido que o Dr. Alberto Souto para ser candidato PS terá de travar a sua batalha interna dentro do PS. Porque penso que existirão certamente outros candidatos com apetência e legitimidade e até ocupando lugares privilegiados para uma decisão sobre esta matéria.

Terceiro que, uma eventual candidatura do Dr. Alberto Souto, não nos trará grandes preocupações — a mim pessoalmente não me vai estragar noite nenhuma de sono.

Primeiro, porque os aveirenses avisados conhecem bem o Dr. Alberto Souto.

Segundo, porque os aveirenses avisados sabem que ele deixou obra, mas também sabem que nos deixou cobertos de dívidas.

Terceiro, porque os aveirenses avisados sabem bem que o Dr. Alberto Souto deixou de ter tempo do seu mandato de Presidente para atender munícipes e fornecedores.

Os aveirenses avisados sabem bem, que quando foi para Presidente perdeu o controle para os seus compromissos financeiros e até territoriais.

Os aveirenses avisados sabem bem, que o Dr. Alberto Souto nos deixou com a capacidade de endividamento totalmente tamponada.

Os aveirenses avisados sabem bem, que por causa dos compromissos assumidos por ele, teve alterar o preço das licenças de construção ficando o preço de uma moradia que custava 60 contos passou a custar 1.600 contos — isto, para fazer face aos compromissos assumidos.

Os aveirenses avisados sabem bem que o Dr. Alberto Souto nas suas obras hipotecou Aveiro para os próximos 10 ou 15 anos.

Eventualmente podemos tirar como conclusão que o Dr. Alberto Souto nos deixou alguns anéis, mas que também nos deixou sem dedos.

É isto que tenho dito, até porque as eleições ainda vêm longe. Muito obrigado. ”

(Entretanto entraram na sala os Vogais Paulo Jorge Lopes Anes e Armando Manuel Dinis Vieira)

Vogal Rocha de Almeida (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [as](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Queria começar por lhe dar a garantia de que vou cumprir os três minutos, pelo que vou dispensar o Senhor Presidente do incómodo de me controlar o tempo.

Primeiro ponto. Há-de chegar o tempo, em meu entender, em que não será facilitada a vida aos senhores deputados desta Assembleia, que nos consomem o tempo e a paciência com “orações de sapiência sebenteira” sobre o Professor Agostinho da Silva e no tocante a chamar-se Jorge ou George! Quinze minutos para explicar isto para a assinatura de uma acta que afinal se veio a demonstrar que era a errada, que não era a 34 era a 38, não dá!? Nem para o Senhor Presidente. Mas o Senhor Presidente estava distraído não viu que de facto, estava a mandar votar e a não votar — estávamos todos aqui muito distraídos!

O Senhor Dr. Carlos Candal — ele não está e vou-me penitenciar, mas não posso deixar de falar nele. Ele teve aqui uma intervenção digna de um ex-Presidente desta Assembleia; e digna dele. Porque efectivamente é um líder e um exemplo para Aveiro em termos das preocupações sobre a gestão e a vida municipal e autárquica em Aveiro — fez aqui a proposta de iniciarmos os nossos trabalhos da Assembleia mais cedo. Em vez de começarmos às 21 horas passarmos para as 18 horas da tarde.

Eu quero contribuir e dizer ao Senhor Dr. Carlos Candal que eu e a minha bancada estamos perfeitamente de acordo. E para o apoiar-mos ainda mais dizemos que 30 minutos de intervalo

para o início da 2ª parte da Sessão são mais do que suficientes para nós degustarmos uma sandes e pormo-nos ao serviço e ao trabalho do povo.

Uma vez que estou com o Dr. Carlos Candal a contas e uma vez que reflectiu muito bem, mas tendo-lhe falhado alguns pormenores — mas nós não podemos exigir que se lembre de tudo e o Dr. Carlos Candal também não tem o privilégio de ter presente em tudo o que intervém, lembrar-se das coisas. Disse-nos ele aqui, num toque romântico quanto à posição do Dr. Alberto Souto, ficámos a saber que o leão moribundo ainda tem força para dar “traques”!? Eu diria que são fruto da saudade. Aquela saudade que está contemplada no Auto de Gil Vicente da Maria Parda. É a saudade de Aveiro que o leva a dar esses “suspiros”. Faltam 30 segundos Senhor Presidente, tinha mais dois ou três casos importantes, mas não quero ser exemplo de má conduta nesta Assembleia. Muito obrigado.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [92](#)

“Sendo breve, começaria por dar as boas-vindas ao líder de bancada Senhor Santos Costa, para que conste, e que fique já registado que assume a liderança e desejar-lhe um profícuo trabalho.

Também queria dar um abraço caloroso ao Dr. Jorge Greno, pelo brilhante trabalho que fez ao serviço desta autarquia. Seria imodesto da nossa parte tecer lisonjas a quem é dos nossos. Mas felizmente isso é reconhecido por todas as bancadas e com inteiro agrado nas pessoas com quem contactou e que consideram uma grande perda para a gestão do município no tempo que corre e com as necessidades que tem. Espera-se que tenha um substituto à altura. Sabe-se que é uma razão imperiosa e portanto todos nós percebemos a razão. Estamos todos de parabéns, não apenas o CDS, mas Aveiro pelo brilhante serviço que o Dr. Jorge Greno prestou à comunidade.

Hoje li uma notícia que vivamente me agradou. Sabe-se que está em estudo a candidatura do Barco Moliceiro a património imaterial da humanidade. Espera-se que tenha perspectivas importantes de a candidatura ser de facto apresentada. Como se sabe é uma candidatura no âmbito na UNESCO que visa preservar tradições, arte, costumes, e todos sabemos que o moliceiro aveirense é um símbolo de Aveiro e da nossa Ria. É sabido que a Ria precisa de cuidados especiais para se manter com a vivacidade do moliço. O moliço viçoso e portanto não apodrecido na Ria e portanto é preciso que as entidades cuidem bem dela. É um importante passo para a memória universal de Aveiro se o Barco Moliceiro vier a fazer parte do património imaterial mundial.

Não poderia também deixar de fazer umas considerações muito breves sobre um tema que me tem de certo modo atormentado. Esse tema tem andado na berra e eu não vou alimentar polémicas que eu acho são prejudiciais para a cidade e para os aveirenses, mas não deixo de falar nesse assunto. Concretamente é a Praça do Peixe.

É sabido que no âmbito do POLIS a Praça do Peixe foi objecto de profundas e caras obras de remodelação. Ao que se sabe foram 280 mil contos; não se percebe como ao cabo de tão curto espaço de tempo são hoje apontados tantos defeitos a uma obra que deveria ter qualidade. Bem, está bem eu guardo então para o próximo ponto.”

Vogal Paulo Anes (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [93](#)

“Obrigado Senhor Presidente. Eu tinha uma outra intervenção mas devido ao facto como terminou a última reunião da Assembleia eu irei fazer a seguinte intervenção: O Período de Antes da Ordem do Dia destina-se ao tratamento de assuntos gerais de interesse para o município. Tinha alguns assuntos para trazer a esta assembleia, contudo, fruto do que aqui

aconteceu no final da anterior reunião sinto a necessidade de agora dizer que fiquei indignado pela forma como essa terminou.

A debandada que aconteceu por parte das bancadas de esquerda, demonstra bem o novo conceito de democracia que aqui se vai cristalizando por essas paragens ideológicas. Os senhores deputados que praticaram tal acto desrespeitaram V. Exa. e este colégio, mas, fundamentalmente, desconsideraram os cidadãos que lhes confiaram os votos para que aqui discutissem e defendessem ideias – preferiram fugir, entenderam mostrar uma outra forma de impor ideias (ouvem-se vozes).

Para os lados do PS democracia existe, mas apenas em estado latente, porque, apenas lhes serve quando se manifesta em proveito próprio, quando as suas ideias e opiniões imperam; senão vejamos:

Diz o n.º 1 do Artigo 12.º do Regimento desta Assembleia «a assembleia funcionará à hora designada, desde que esteja presente a maioria do número legal dos seus membros, não podendo prolongar-se para além das vinte quatro horas, salvo deliberação expressa do plenário»

Ora, a Sr. Presidente colocou à votação deste plenário tal decisão. Resultou dessa votação, por maioria, a decisão de prolongar a sessão. Por não ter vingado a sua posição, os deputados do Partido Socialista decidiram fugir à discussão, trazendo a reboque o PCP e BE. Não significa isto apenas o mau perder, significa a negação do princípio da democracia.

Democracia, Srs. Deputados, não serve apenas para ocupar lugares nesta assembleia. É necessário exercê-la em consonância.

Quando perderam as eleições autárquicas diziam que os cidadãos foram injustos para com o executivo anterior!? Não perceberam que, democraticamente, os cidadãos de Aveiro entenderam que a gestão socialista foi despesista e má para os interesses dos aveirenses.

Será que estão alinhar pelo exemplo que agora vem de cima do Governo da Nação!? Essa ditadura Socialista que se vem manifestando nos mais desvairados momentos e cambiantes da nossa sociedade em atitudes de prepotência sobre os cidadãos.

Será que esses gestos a atentar contra um Estado Democrático estão a resvalar para cá, para os lados da terra da liberdade!?

E que dizer do Dr. Alberto Souto, que entende intimidar quem o afronte com opinião diversa à sua? Para mim não causou espanto que o representante do Partido Comunista tivesse abandonado o seu assento.

O BE como não está habituado a nada disto, nunca foi poder em lado nenhum, seguindo apenas os cânones de uma esquerda radical, eventualmente de maior prepotência e de base ideológica mal esclarecida (bolchevic diria aqui o companheiro Miguel Fernandes) remete-se apenas para a política do “bota abaixo “ (permitam-me a expressão), desde que seja para destabilizar estarão na primeira fila — por isso saiu também.

V. Exas. manifestam-se aqui com as vossas melhores opiniões (geralmente contrárias às minhas opiniões) e eu, democraticamente, acato ou replico, mas nunca desconsidero — isto é democracia.

Onde estão nesta Assembleia os tão eminentes e ilustres deputados da liberdade e da democracia que dizem tantas vezes terem lutado para as conquistar e vangloriando-se disso? Onde estão? Que nos dizem agora da atitude que tomaram?”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Usou da palavra nos termos do artigo 34.º do Regimento: [uu](#)

“Bom, o Senhor deputado fez uma intervenção a meu ver um pouco imprecisa. Em primeiro lugar, quando diz que o Bloco de Esquerda foi a reboque do PS, o senhor está enganado. Mas se não está enganado está a fazer por isso. Porque o deputado do BE foi de facto o primeiro a abandonar a sala. E eu assumo a responsabilidade política disso.

Depois, devo dizer-lhe que, prepotência – o senhor fala em prepotência, não acha honestamente que se há aqui prepotência de alguém é a da Senhora Presidente das Mesa? Repare na conduta da Senhora Presidente: a maior parte das vezes chega atrasada; não cumpre com os seus deveres de presença; depois, constantemente, em todas as sessões faz com que esta Assembleia se prolongue até há uma ou uma e meia da noite. É uma prepotência porque ela dispõe a seu belo prazer do tempo do outros e chega ao ponto de servir-se da maioria política que tem nesta Assembleia e impor a sua própria vontade. Quem vai a reboque são os senhores. Porque se os senhores fossem politicamente honestos os senhores saberiam analisar e lembrar-se disso que eu estou a dizer. Não é por sistema que esta Assembleia deve funcionar depois da hora – uma vez por outra isso pode acontecer (eu estou disposto a isso). Portanto tome nota disto que lhe disse para que faça com que a sua intervenção seja precisa e exacta.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Usou da palavra nos termos do artigo 34.º do Regimento: [012](#)

“Muito obrigado Senhor Presidente. Com os cumprimentos das pessoas e com o pedido de desculpas por ter chegado tarde, gostaria de veementemente protestar contra esta intervenção que foi feita pelo senhor Paulo Anes.

Falou de prepotência e de prepotência por parte da oposição. É fácil desmontar esse argumento. Prepotência foi cometida pela Senhora Presidente da Mesa quando ou não ouviu ou não quis ouvir um recurso que foi feito por um elemento da bancada do PS, sobre uma decisão da Mesa, a que cabia recurso para o plenário.

Prepotência é de quem reiteradamente abandona e viola as regras democráticas regimentais que devem reger esta Assembleia.

Prepotência é de quem chega com duas horas de atraso, assume os trabalhos e nem sequer água vai diz.

Prepotência é quem a coberto de uma maioria que na altura existia nesta assembleia pretende prolongar os trabalhos e depois não cuida que essa maioria assegure o quórum dos trabalhos.

Porque se essa maioria existe a ela compete assegurar o quórum do hemiciclo – não compete à oposição a manutenção do quórum. É óbvio que estão disponíveis para votar essas coisas, mas não estão disponíveis para se manter na sala e assegurar os trabalhos.

Esta bancada é a primeira vez que o faz. Mas fá-lo-á no futuro, sempre que factos como aqueles que aconteceram na última sessão se voltem a demonstrar. Ficarão cá os senhores, aprovarão aquilo que entenderem, são maioria fá-lo-ão, mas fá-lo-ão sem nós, nas nossas costas.

A Senhora Presidente tem de ter um pouco de calma, não pode gerir esta Assembleia a seu belo prazer. Não julgue que somos uma série de putos ou de miúdos que estão para aqui há espera que viesse sua excelência de Estarreja para cá para nos dar ordens nessa matéria. E espero que as bancadas da maioria saibam entender bem este recado. Porque se não souberem entender estamos mal.

Não esquecer que a minha bancada e a de todos os socialistas sempre aceitaram permanecer aqui depois da meia-noite, algumas vezes até há uma e meia da manhã, e que como o Senhor Professor Celso Santos sabe, na inspecção do IGAT à Câmara e à Assembleia Municipal, ficou determinado que sempre que se passasse a meia-noite se tinha de pagar nova senha de presença a todos os deputados e, portanto, o argumento economicista não vence. Muito obrigado.”

Vogal Rocha de Almeida (PSD) - Usou da palavra nos termos do artigo 34.º do Regimento: [013](#)

“Face ao teor da intervenção do senhor deputado Jorge Afonso, pedi a palavra para defesa da honra da minha bancada, Senhor Presidente. Eu vou-me levantar, porque o senhor deputado do

BE acha que falando de pé há mais verdade no que se diz. É que para não haver confusões, gosto de explicar claramente.

Senhor deputado, em nome da minha bancada e a minha bancada é muito mais que os presentes. A minha bancada é efectivamente fruto da votação maioritária da população aveirense para estar aqui a defender as posições que entendem, formam e informam. E V. Exa. representa aqui exactamente os seus votos. V. Exa. entende, ou alguém lhe explicou mal (talvez as musas de Cacia), que dizendo a malfadada palavra “politicamente” pode insultar toda a gente. “Os senhores politicamente são desonestos, os senhores politicamente são uns ladrões, os senhores politicamente são isto ou aquele outro”. Bem, ó Senhor deputado, o Senhor de uma vez por todas entenda: a minha vida é política, eu sou um homem público, e o senhor dizendo que politicamente sou desonesto, o senhor está a dizer que o João Rocha de Almeida é desonesto. A minha vida toda foi feita com transparência, a minha vida toda foi feita ao serviço da população e em cumprimento do voto que recebi.

Nunca na minha vida ocupei um único lugar de nomeação – nunca na minha vida. Todos os lugares que ocupei na minha vida política foram sufragados pela população. E V. Exa teima em vir aqui dizer que “politicamente” eu sou desonesto. E eu digo-lhe: o Senhor “politicamente” é um pateta – para não lhe dizer mais.

Porque efectivamente a ofensa está perfeitamente – ou então não há ofensa nenhuma. Eu qualquer dia posso chamar-lhe tudo desde que diga a chave “politicamente”. Politicamente, politicamente! Ó senhor deputado eu disse “politicamente”! O senhor disse que eu sou desonesto. O senhor disse que a minha vida tem sido uma desonestidade — é o que o senhor está dizer; não lhe admito.

E, lamento, que o Senhor Presidente não lhe tenha chamado à atenção na Assembleia anterior e eu disse: se o senhor deputado Jorge Afonso voltar a argumentar com o “politicamente” são desonestos, eu interrompo e parto a louça.

E o Senhor Presidente que devia ter chamado a atenção do Senhor deputado, para ter um bocado de prudência, um bocado de atenção, não o fez — e obrigou-me agora a saltar!

Senhor deputado, agora coloquialmente: o Senhor é um bom homem. O Senhor até é uma pessoa interessante. O Senhor até é uma pessoa necessária a Cacia. O Senhor até vai ser um grande elemento para a Pista de Remo. O Senhor é imprescindível à sua população e ao seu Bloco — mas por favor, seja respeitador das ideias dos outros. Não venha camuflando ofensas com a palavra “politicamente” porque é uma patetice. Porque “politicamente” o Senhor é vítima daquilo que politicamente lhe ensinaram.”

Vogal Miguel Fernandes (CDS) - Usou da palavra nos termos do artigo 34.º do Regimento: [14](#)

“Senhor Presidente serei muito breve. E no que toca à defesa da honra Socialista eu percebi a vossa honra (Senhor deputado não me interrompa). Posso. Honra há muitas. A nossa vale o que vale e a vossa vale o vale.

Agora, quanto ao dever das maiorias terem de manter o quórum eu até podia concordar com isso genericamente. O que eu não posso concordar (e o Senhor quanto a isso não pode negar), é se por acaso já se esqueceu de que é um deputado municipal. Pergunte-lhe? E nessa qualidade pergunte-lhe se já se esqueceu que existe um regimento? E que para além disso existe uma norma contida no regimento que diz que: «em matéria de funcionamento da Assembleia, todo e qualquer deputado municipal tem o dever de participar». Participar em todas as reuniões ordinárias e extraordinárias da Assembleia e das comissões a que pertençam. Tenho dito.”

Vogal Jorge Afonso (BE) - Usou da palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento: [15](#)

“Só para dizer ao Senhor Rocha de Almeida que a sua intervenção intempestiva e nervosa não me intimida minimamente. Aquilo que eu quis dizer o Senhor percebe perfeitamente. E não se

esteja a vitimizar. Porque quando falo em honestidade politica tem a haver com (ouvem-se vozes) eu vou explicar e se não entender eu explico lá fora. Porque o que eu lhe disse não o ofendeu. O que eu quero dizer com honestidade politica é o seguinte: é que quando os senhores atribuem à citada esquerda desta assembleia a responsabilidade de esta assembleia ter sido interrompida, não estão a ser honestos politicamente. O Senhor devia puxar as orelhas (estou a falar para a sua bancada) dos senhores Presidentes de Junta da maioria que se foram embora. Porque por eles não estarem é que não houve quórum. Porque os senhores sozinhos têm maioria para assegurar o quórum desta Assembleia. Muito Obrigado.”

Vogal Raúl Martins (PS) - Usou da palavra nos termos do artigo 32.º do Regimento: [016](#)

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Vou ser muito rápido, mas antes gostaria de uma pequena nota que penso será do agrado do Senhor Presidente. Isto não está correr bem. E esperemos que estas coisas endireitem. Cada um deve assumir as suas responsabilidades; a Mesa deve assumir as suas; e as bancadas da maioria têm de assumir as suas.

Senhor deputado Miguel Fernandes, falar-lhe-ia sobre a responsabilidade do quórum, mas sobre isso já foi falado.

Sei que tenho a responsabilidade de cumprir o Regimento. Mas também o tem as restantes bancadas e particularmente a Presidente desta Assembleia — o que não tem feito. Usando uma prepotência que, eu que sou o deputado mais antigo aqui presente, dir-lhe-ia que nunca nada aconteceu aqui o que tem acontecido com a Senhora Presidente.

Olhe, vou dar-lhe um exemplo. A Senhora Presidente obrigou deputados a pedirem desculpa por ultrapassarem dez por cento do seu tempo que lhe estava destinado. Ainda na última sessão o Senhor mais do que duplicou o tempo que lhe estava destinado — falou sete minutos quando tinha direito a falar três e a Senhora Presidente nada lhe disse. Aliás, o senhor continuou a falar quando a Senhora Presidente lhe pediu simpaticamente (o que acontece só para a posição, nunca acontece para a oposição) para parar e o senhor não parou. Está tudo claro e está gravado o tempo. E dir-lhe-ei, vão mal. E se julgam que com este tipo de fait-divers a coberto de toda a inactividade ou deficiência com que estão à frente da Câmara, esqueçam-se!”

Presidente da Mesa em Exercício: [017](#)

“Senhor Deputado, eu tenho de lamentar as palavras que disse nas costas da nossa Presidente, não é. Há uma reparação que a Mesa deve fazer porque ela não está aqui, para poder ouvir quer duma parte quer de outra, mas essencialmente do Dr. Raúl Martins.

Portanto vamos terminar, não há mais referência a esta matéria.”

Vogal João Barbosa (PS) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [018](#)

“Como não podia deixar de ser tem-se falado aqui diversas vezes da Praça do Peixe e cabe-me a mim também dizer alguma coisa. E até porque o jornal de hoje diz que o Senhor Vereador Carlos Santos concluiu que a Praça do Peixe tal como se encontra não é adequada para a comercialização de pescado. É uma verdade que eu ainda não ouvi o Senhor Vereador a dizer que ia fechar a Praça do Peixe. Mas tem acontecido coisas que nos levam a pensar que se não se puserem travões a algumas situações acaba por se tomar atitudes que não são as mais correctas. Eu queria aqui chamar a atenção do seguinte. A Câmara em termos de mercados tem três prioridades: O Mercado Manuel Firmino, depois o Mercado de Santiago, e depois a Praça do Peixe.

Da Praça do Peixe tem o relatório da SIMAB que tem o valor que tem. Porque nós sabemos que a SIMAB é uma empresa particular que é gestora dos Mercado Abastecedor de Lisboa.

Mas quando se diz que não é adequado à comercialização de pescado, neste momento nós também achamos que o Mercado está muito mal tratado. Na altura própria a Junta de Freguesia e a Assembleia de Freguesia vão dar conhecimento da Câmara e ao Senhor Vereador de uma Moção que foi aprovada e nessa altura irão dar conhecimento público do seu parecer.

Quando se fala num mau cheiro — e há um mau cheiro, eu pergunto: será por falta de manutenção das câmaras frigoríficas? Qual é a responsabilidade do construtor da obra e onde está a garantia? Naturalmente que aquele Mercado desde a primeira hora tem problemas. Naturalmente que a garantia deve variar entre cinco e dez anos. Será que aquele Mercado tem a imagem que tem por falta de zelo dos empregados que fazem a limpeza diária daquele espaço? Os Fiscais Municipais que estão lá que responsabilidade têm nisto? É bom que se saiba que aquele Mercado tem uma tradição secular através dos canais dos Mercantéis e dos Botirões. Sempre se fez ali o mercado do peixe a retalho (ouvem-se vozes). Para terminar eu só queria dizer que os grossistas estão ali instalados e aquele Mercado é mais de retalhistas. Na altura certa daremos a conhecer as deliberações. Obrigado.”

Vogal Mário Neto (PSD) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰¹⁹

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Eu pedi a palavra na 6.ª feira passada para convidar todos os presente a estarem no acto de inauguração do Museu da nossa freguesia, que se realizou no Sábado passado pelas 16:00 horas.

Portanto como já não tem cabimento, aproveito para informar que Aradas tem um Museu. Quero agradecer à Câmara de Aveiro a disponibilidade que teve de colaborar connosco nesse projecto e agradecer também a presença do Senhor Vice-Presidente no acto da inauguração.”

Da Câmara Municipal

Presidente da Câmara: ⁰²⁰

“Senhor Presidente, Senhores deputados, todas as questões que foram aqui colocadas são naturalmente e obviamente importantes, mas incluem-se de um modo claro no âmbito do próximo ponto da ordem de trabalhos — a Comunicação Escrita à Assembleia e por isso, e porque é já o próximo ponto, porque será um ponto que ainda hoje iremos abordar, na linha também do que tem sido a prática seguida e no respeito pelo Regimento, nós pedimos autorização para responder a essas questões nesse ponto.

Ainda no âmbito da ordem de trabalhos, portanto no âmbito do Período de Antes da Ordem do Dia, gostaria só e apenas de vos ler um ofício que nos chegou no dia 26 de Junho da Direcção Geral dos Registos e Notariado e que diz o seguinte: venho por este meio dar conhecimento a V/Exa. que, a Conservatória do Registo Predial de Aveiro, após uma recuperação extraordinária, conseguiu num curto espaço de tempo recuperar o atraso que tinha de mais de seis meses nas entregas dos títulos às partes, estando no presente momento a entregar o serviço dentro do prazo legal.

Para essa recuperação muito contribuíram os senhores Conservadores, adjuntos e oficiais, tanto do quadro como destacados, num esforço conjunto e com grande brio, sacrifício e abnegação, conseguiram levar a bom porto o objectivo traçado, que é recuperar até ao final do mês o atraso que existia.

Deste Instituto, vai igualmente uma palavra de grande reconhecimento pelo serviço prestado pelo senhor Conservador que chefiou a recuperação, Dr. José de Oliveira Sousa.

Se durante alguns anos aqui nesta Assembleia colocámos em causa o funcionamento da Conservatória, com muitas críticas, parece-nos ser mais do que justo que hoje aqui possamos manifestar a nossa alegria pelo esforço que foi feito e pelos resultados que foram obtidos. Muito obrigado.”

De seguida o Presidente da Mesa em exercício²⁴¹ deu a palavra excepcionalmente ao Vogal António Manuel Pinho Regala.

Vogal António Regala (PCP) - Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ²⁴²

“Muito boa-noite e muito obrigado. O que acontece é o seguinte: no dia 3 de Maio deste ano, numa reunião desta Assembleia da Sessão anterior, eu apresentei um requerimento nesta Assembleia sobre a construção de um prédio, no Plano Integrado de Aveiro Santiago.

Nesse requerimento eu queria saber qual era a empresa proprietária do terreno e se ela solicitou autorização para ocupação de um determinado espaço municipal e qual era a deliberação que o permitia. No caso de não haver deliberação e não haver permissão, qual a penalização que poderia ter sido aplicada — porque de usurpação se trataria. E se para a rectificação das extremas, que tinha a ver com esse terreno de domínio público, se tinha havido um montante recebido pela autarquia.

E depois, acabava perguntando, qual era o nome da empresa, se pertencia a algum grupo de empresas, etc. Já me foi respondido, há bocadinho entregaram-me a resposta a esse requerimento, que para outra altura me reservo para analisar e para poder comentar porque efectivamente não tive tempo, foi apresentado há bocado.

Mas o que eu queria expor era que: estranhamente, na semana passada, sou confrontado com uma inquirição sobre este pedido no meu local de trabalho!? Como todos sabeis exerço funções profissionais num banco e pelos vistos, a empresa dona da obra, objecto do requerimento, que se chama (estou em condições de o dizer) EterBranco- Empreendimentos Imobiliários, Lda. é cliente deste banco.

Assim sendo, achou-se no direito de questionar a minha entidade patronal, Caixa Geral de Depósitos, sobre a intervenção que fiz nesta Assembleia, tentando delatar a minha intervenção, como quebra de sigilo bancário.

Diz nas questões que coloca, que viram a notícia por um jornal local, o que estranho, pois no dia 5 de Maio do corrente, dia em que houve a divulgação do que se passou nesta reunião do dia 3 nada saiu no Diário de Aveiro sobre este assunto.

Assim sendo, quem terá informado a dita empresa? E sendo alguém a informar, com que objectivos e em defesa de quê o fez?

Por outro lado, é incompreensível esta “aflição” da empresa, já que deveria ser a primeira interessada em facilitar a transparência do processo em que está envolvida — e porque como diz o nosso povo ‘quem não deve não teme’.

À inquirição já respondi dando nota do meu desconhecimento anterior da relação da empresa com a CGD, tanto mais que nem sequer tive intervenção em qualquer dos actos referidos no texto da inquirição. No entanto, o que ressalta de toda esta situação é uma clara interferência, na acção de fiscalização que compete aos membros das Assembleias Municipais, por parte de um dos visados dessas acções.

Sobre a forma de colocação de suspeita, com falsa delação, pretende a empresa atemorizar a acção de um eleito através da sua entidade patronal, coagindo-o deste modo, para não se atrever a intervir em situações que carecem de transparência.

O caso que aqui dou a conhecer é extremamente grave pelos indícios que atrás referi. É preocupante como precedente sujeito a acontecer em situações futuras.

Por tudo isso, carece de resposta enérgica e eficaz por parte do Senhor Presidente da Assembleia.

Solicito pois, ao Senhor Presidente desta Assembleia, que em defesa dos direitos estabelecidos, para o exercício das funções dos eleitos autárquicos, seja enviado um protesto à Empresa em causa e desse protesto seja dado conhecimento à minha entidade patronal. Muito obrigado.”

Continuando, o Presidente da Mesa em exercício⁰²³ colocou à votação do plenário, o protesto apresentado pelo Vogal António Regala, sendo o mesmo aprovado por unanimidade.

PONTO 1. – COMUNICAÇÃO ESCRITA DO PRESIDENTE DA CÂMARA MUNICIPAL.

(O texto da Comunicação Escrita do Presidente da Câmara Municipal foi distribuído a todos os membros da Assembleia e faz parte integrante do original desta acta, em anexo.)

No uso da palavra, o Presidente da Câmara⁰²⁴ fez uma breve apresentação dos assuntos abordados na Comunicação Escrita, seguindo-se a apreciação pelo plenário.

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício ⁰²⁵

Vogal Raúl Martins (PS) ⁰²⁶

Vogal Jorge Afonso (BE) ⁰²⁷

Vogal Romana Fragateiro (PS) ⁰²⁸

Vogal Sérgio Loureiro (PPD/PSD) ⁰²⁹

Vogal João Barbosa (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁰

“Obrigado, Senhor Presidente. Eu vou só chamar à atenção de algumas coisas e alertar para outras. E começava por dizer que era preciso que os serviços fossem mais rigorosos ao trazer-nos aqui aquilo que fazem os seus serviços. Porque na página 4 diz assim: demolição de casas em ruínas na Ilha do Canastro na Vera Cruz. E o que devia ser dito era: intenção de demolir. Porque as casas que estavam para demolir há dez anos continuam na mesma! Portanto nada foi demolido na Ilha do Canastro.

Depois queria dar uma ideia se é que posso dar uma ideia. Na página 13 diz assim: no dia 18 de Maio comemorou-se o Dia Internacional dos Museus, realizando-se um conjunto de acções, animação sócio cultural em vários locais da cidade, sobre o mote Travessias Culturais. E estas Travessias Culturais eram as pontes.

Eu queria chamar a atenção aqui que quem passou por isto ou foi ver este evento, eu acho que deveria ficar desgostoso. Como é possível uma secção onde só há técnicas superiores fazer aquilo que fizeram; sem ideias!? Foi degradante aquilo que vimos. E houve três pontes engalanadas. Uma era uma ponte que estava realmente engalanada acima da média, que julgo não sei se foi a Junta de São Bernardo, se foram as senhoras de São Bernardo, que engalanaram a ponte maravilhosamente com flores. As outras, bem, eu até me custa a adjectivar o que vi! Porque eram umas bandeirinhas chinesas, eram uns papéis pintados a amarelo e azuis dos emigrantes. Depois vi na Ria o moliceiro todo degradado, com coisinhas chinesas... Vi ainda nesse dia, na Praceta de Melo Freitas, uma barraca a vender bugigangas chinesas! Quer dizer, isto é caso para dizer: com tanta chinesice qualquer dia temos a avenida Lourenço Peixinho chamada a “avenida dos chineses”. E eu o que queria sugerir é que, se poderia fazer uma coisa tão bonita, que nós temos catorze pontes em Aveiro, que é o número de catorze freguesias e eu dava a ideia de para o ano se fazer um concurso pelas freguesias, em que cada uma se estivessem disponíveis as engalanarem. Agora, aquilo que se viu é realmente desgostoso e principalmente vindo de técnicas superiores, não é!?

Outra coisa que eu queria chamar a atenção, que aproveitando a Comunicação do Senhor Presidente, é saber o que se passa com os ecopontos na cidade? Há mais de dois anos que andamos a chamar à atenção dos ecopontos. Há ecopontos no centro da cidade que estão

piores do que a Praça do Peixe; muito piores, já nem têm fundos. Já nem se pode lá meter nada lá dentro. A ERSUC já foi chamada à atenção disto?

Portanto eu pedia que fosse dada a atenção para estes casos. Outra coisa que eu queria chamar aqui, uma coisa bonita. Foi hasteada a bandeira azul na nossa praia, que é a Praia de São Jacinto. E é caso para dizer, São Jacinto tão perto e tão longe. É a praia de Aveiro. É a praia onde a maior parte dos habitantes da Vera Cruz vão passar algum tempo de lazer, os seus fim-de-semana, e fizeram-me essa pergunta para eu fazer aqui. Qual é o transporte público para a praia de São Jacinto? Aonde é que se apanha o transporte? Quanto é que custa? Eu gostava que me respondessem a isso.

Outra coisa que eu queria perguntar era o seguinte: existe na esquina da Rua Engenheiro Oudinot, com a Avenida Dr. Lourenço Peixinho, um prédio que fizeram dois andares a mais. Entretanto, já vemos que o prédio foi embargado. E eu perguntava aqui o que é que se faz a seguir? É que eu, segundo me consta, já aconteceu isto aqui há alguns anos na Forca e também houve assim um empreiteiro, segundo se consta, que fez dois prédios. O Senhor Prof. Celso está a dizer que sim e depois foi tudo resolvido da melhor maneira. Porque segundo se consta o empreiteiro deu um andar a uma Instituição de caridade e então ficou tudo resolvido!?

Eu gostava de saber o que é que a Câmara neste momento vai fazer? Espero que não faça a mesma coisa.

Outra coisa que eu queria referir-me também era ao Canal de São Roque. E aquilo que eu pedia era que fosse alertada a Polícia de Segurança Pública para passar constantemente no Canal de São Roque. É que aparecem lá uns indivíduos, com atitudes indecorosas, em que as senhoras já têm medo de ir para aquela zona. Portanto eu pedia que a Polícia desse de vez em quando lá uma vistoria.

Outro assunto que me chamo aqui a atenção é estarmos a ser infestados com uma quantidade cada vez a subir de arrumadores de automóveis e prostituição no Rossio. Eu pedia que alguma coisa se fizesse. É que não pode haver a justificação de que podem lá estar porque basta identificar-se. Não é tanto assim. Porque não é só o que lá está como o que está atrás escondido. Portanto eu pedia que houvesse uma chamada de atenção e às entidades competentes para que estas coisas não se passassem.”

Vogal Jorge Nascimento (CDS/PP) ⁴³¹

Vogal António Regala (PCP) ⁴³²

Vogal Teresa Fidélis (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁴³³

Obrigado Senhor Presidente. Bom, eu gostaria de tecer alguns comentários sobre a Comunicação Escrita do Sr. Presidente e formular algumas questões.

E o comentário tem a ver com seguinte: é que a sensação com se fica depois de ler esta Comunicação Escrita e tal como as outras que temos tido aqui, revela uma visão muito “pequenina”, “fechada”, “paroquialista” da actividade da Câmara.

No geral, embora com algumas excepções, falta dar evidência do acompanhamento que a Câmara tem dado aos processos de formulação de planos e políticas de âmbito regional como é o caso do QREN e do PROT.

Eu julgo que era importante que nos dissessem como é que tem acompanhado o PROT? Digam-nos como é que têm acompanhado estes processos; digam-nos como têm participado; que intervenções têm feito. Digam-nos como se têm organizado com os municípios vizinhos como a AMRIA para melhor defender os interesses de Aveiro, no âmbito do PROT.

Digam-nos como é que mobilizou para atrair investimentos no âmbito do QREN. Este tipo de iniciativas são também relevantes testemunhar no âmbito da Comunicação porque revelam a iniciativa da Câmara Municipal.

E julgue que seria também interessante dar-nos conta de como é que a Câmara de Aveiro tem acompanhado ou não as iniciativas da AMRIA (pelo menos aquilo que é divulgado na imprensa) relativamente às pressões sobre o Poder Central para que se resolva a questão da entidade gestora da Ria.

Aproveito também para perguntar, e nesta sequência, fazem-nos referência à futura revisão do Plano Estratégico, que julgo ser uma iniciativa de louvar, mas também tal como o PDM não temos a mínima noção do que é que vai ser feito e como é que vai ser feito e quem é que vai fazer. Porque um Plano Estratégico mais ainda que o PDM é o resultado de um conjunto de discussão alargada e é interessante a Câmara dar-nos conta de como está a pensar fazer isso.

Portanto sublinho que estas Comunicações do Presidente deveriam ser enriquecidas com este tipo de actividades da Câmara Municipal. E acredito que a sua organização em temáticas poderiam melhorar a Comunicação.

Finalmente, eu gostaria de fazer um breve comentário que é o seguinte: é verdade que a imagem da Comunicação vem alterada com colunas em vez de texto corrido. Mas curiosamente, numa fase em que se incentiva a redução do uso do papel e do recurso ao formato digital dos documentos, a leitura em colunas é o formato mais embirante que pode haver porque temos de estar sempre para cima e para baixo com o ecrã. Deixo esta questão.

Por último gostaria de colocar uma questão sobre o prédio Vidor. Qual é o prazo para a conclusão das obras? Qual é o prazo para entrega dos dois edifícios que já estão prontos há meses (esta informação foi nos dada na última Comunicação do Presidente dizendo que apenas faltava a vistoria). É que dá sensação que um deles está a servir de habitação a pessoas, uma vez que há luz ao fim do dia. Muito obrigada.”

Vogal Carlos Valente (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: [uu](#)

“Antes de tudo mais quero prestar homenagem ao Vereador Greno pelo trabalho que desempenhou. Pela paixão que incutiu ao serviço público que desempenhou e pela confiança e credibilidade que demonstrou ao serviço deste executivo camarário. É com pena que o vejo partir, espero vê-lo voltar rapidamente. Portanto daqui o meu abraço sentido e forte.

Relativamente à questão relacionada com a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara há uma questão que direi me deixou um pouco embasbacado. Na Avenida da Oposição Democrática, há pouco tempo encontrei lá um prédio a ser construído, que ainda está a ser construído, e com umas árvores plantadas no passeio. Estranhei porque não eram as árvores que colidiam com o prédio, mas sim o prédio que colidia com as árvores!? As árvores já estavam primeiro.

A questão é que agora, de um momento para o outro, cortaram as arvores completamente!

Primeiro gostava de saber quem autorizou o corte as árvores?

Segundo como é que é possível um planeamento deste género que autoriza construção em cima dos passeios que nem as arvores lá possam ficar?

Acho estranho e acho que se assim o é alguma coisa tem de ser repensada pese embora o metro quadrado ser muito caro naquela zona, alguns cuidados tem de ser colocados e tem de ser visto este problema. Acho miserável esta situação! Bizarro até.

Portanto gostaria de uma resposta concludente a esta questão.

Também tinha a mesma questão que a Dr. Fidélis, relativamente à AMRIA e política sobre a RIA. Acho que é importante que o município de Aveiro nos diga alguma coisa sobre essa matéria. Acho que é importante que os aveirenses saibam o que é que o município está a fazer. É que importante que se saiba o que é que o município está a fazer e o conheçam. E é tudo, obrigado.”

Vogal António Rodrigues (PS) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁵

“Senhor Presidente, muito obrigado. Senhor Presidente da Câmara, senhores deputados. Hoje começámos de certo modo não tão bem... espero não ter contribuído para nada disso. Apenas se me ocorre dizer uma bem-aventurança: perdoai-lhes Senhor.

Vamos tentar de todo, porque também desse modo me fez lembrar a velha passagem bíblica quando Jacob vendeu a sua primogenitura a Isau, a propósito de um prato de lentilhas, quando ouvi atentamente a intervenção do Dr. Jorge Nascimento, a realizar uma crítica profundíssima ao executivo.

Enfim, é a vida! É a vida!

Senhor Presidente, li atentamente toda a Comunicação. Quero crer que entre todos os folhetos e comunicações de festas, e actividades culturais, parece que estamos perante e apenas, ou que a Câmara apenas possui dois sectores — a Cultura e o Turismo. De resto toda a actividade fica muito a desejar.

Três pequenas notas. A grande preocupação circunscrita no parágrafo 18, onde vossa excelência refere e reporta as dificuldades económicas do país e da região — ausência de investimento. Queria aqui chamar a atenção para alguns locais emblemáticos como já alguns colegas anteriormente o referiram. E se não soubermos aproveitar esses locais emblemáticos, se não tivermos o rasgo necessário para gerir essas circunstâncias, então teremos que dizer que de facto nós não conseguimos gerar nada — e não é possível desse modo gerir alguma coisa.

Aveiro tem uma nova porta de entrada, subpassando inferiormente a via-férrea. Tem uma recuperação da estação significativa. Entra-se na cidade, é uma porta de entrada directamente num corredor de elevado nível e que deveria ser fortemente preservado.

É desolador olhar em volta e verificar todo aquele conjunto de empenas. E, perspectivamos, a curto, médio prazo, que seja aquela região, a região das pequenas hortas de Aveiro ou da grande infestação de ratazanas e quejandos. Querirá V. Ex.a ficar agregado a um idílico paraíso como este? Gostaria de saber de V. Ex.a. o que é que é possível pensar e fazer sobre isso?

E venho assim sobre outros sectores que importam de facto à actividade económica dos nossos concidadãos. Os Mercados têm sido fortemente batalhados. Todos nós sabemos — e se eles são da responsabilidade da edilidade, é bem necessário cuidar de todo esse processo. E não é com encerramentos! Por que se não tivermos as cautelas necessárias (hoje tivemos notícia de que o matadouro regional do Algarve foi encerrado) também podem vir a serem encerradas todas as estruturas da qual a Câmara detém a titularidade, se não acautelar, efectivamente, sobre as condições da distribuição. Esses procedimentos devem ser sempre presentes a quem tem a capacidade de os entregar a entidades competentes que tenham ou que estejam a introduzir o mecanismo “Hazard Analysis Critical Control Points” que não é um papel, é um procedimento para análise, análise sistemática. E se porventura não há esta capacidade e esta competência distribuída na edilidade, há que a criar fortemente e rapidamente.

Queria finalmente concluir relativamente à pesada herança que sempre aqui é referida por alguns colegas de hemiciclo, para lhe dizer claramente que, a nossa grande preocupação e o que ressalta destas contas aqui apresentadas, não é tanto aquilo que todos já estamos cansados de ouvir tratar. O que é necessário acautelar rápido e prontamente, é sobre o défice.

A palavra-chave, hoje, não é dívida nem passivo. É o défice estrutural que a Câmara contém. Não se fale mais em dívida. Vamos tentar recuperar o défice estrutural e actuar emergentemente. Porque não quero crer, não quero crer, que o vá combater, com a introdução de um serviço de higiene e segurança — a não ser, só para combater (se é que é para isso) o

absentismo dos funcionários e tentar criar de facto, maior produtividade, para maior competitividade.

Se for assim, se esse constituir uma das medidas chave para resolver este problema, Senhor Presidente estamos conversados, nunca mais vamos encontrar o fundo ao tacho. Disse.”

Vogal Santos Costa (CDS/PP) ⁰³⁶

Vogal Pires da Rosa (PS) ⁰³⁷

Vogal Manuel António Coimbra (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰³⁸

“Muito obrigado, Senhor Presidente. Vivemos tempos que não estava habituado viver. São tempos de intimidação. Ainda agora aqui tivemos um exemplo de pressão da entidade patronal, acerca da actividade que um membro de uma Assembleia Municipal, que não fez mais nada do que zelar pelo interesse do município, pedir explicações! Vivemos tempos de ameaça. Basta ler os artigos de opinião no Diário de Aveiro nos últimos tempos.

Vivemos tempos de insegurança, pela precariedade do emprego, que cada vez surge com muito mais força e com mais desgraça naquilo que se tem verificado para muita gente.

Vivemos tempos de arrogância, de muitos militantes membros do Partido Socialista, que se arrogam, pelo facto de terem um cartão de militante, poderem e acharem que têm mais responsabilidades do que os outros — todos na defesa da causa pública e na defesa do bom-nome dos nossos governantes.

Vivemos tempos de despudor, quando se clama por falta de liberdade em Aveiro ou como se em Aveiro não houvesse voz. E por outro lado, se assiste ao Partido do Governo ter atitudes que posso mesmo dizer “pidescas” se é que eu sei o que é que é isso, porque felizmente sou novo demais para ter vivido esse tempo. Atitudes “pidescas” do Governo como já há mais de 30 anos não se viam.

Mas a vida continua e estamos aqui para analisar a Comunicação do Senhor Presidente da Câmara, e nestes tempos que vivemos em Aveiro, também temos que viver esta nossa vida com as heranças socialistas. E o ferry-boat que já aqui foi falado, é exactamente uma dessas heranças. Foi uma compra do Dr. Alberto Souto aplaudida pela bancada do PS nesta Assembleia. Não nos podemos esquecer.

Uma barcaça que na altura tinha feito serviço em Entre-os-Rios depois da tragédia que lá se passou. Já lá vão quatro anos ou mais, e o barco continua no estaleiro porque o Partido Socialista não foi capaz, não teve o engenho, para construir os cais de atracagem. E, entretanto, esse barco que afinal parece que não serve, continua a apodrecer num estaleiro. Temos também outras heranças. Por exemplo, um Centro Coordenador de Transportes que nunca funcionou. Felizmente que lhe foram dados outros préstimos e estou-me a lembrar que ainda bem que o Banco Alimentar pôde utilizar aquelas instalações.

Agora que esta Câmara está a pensar em reabilitar o Centro Coordenador de Transportes, gostava de perguntar à Câmara, qual o futuro do Banco Alimentar? Porque temos que encontrar instalações condignas. Se calhar há instalações da Câmara por aí que poderiam servir perfeitamente ao Banco Alimentar.

O viaduto por baixo da estação, outra herança Socialista, que eliminou por completo os acessos a Esgueira. Esgueira, neste momento, uma freguesia populosa, não tem neste momento acessos condignos.

Senhor Presidente, é necessário que procuremos ao fundo desse túnel e também se faça luz e uma viragem à esquerda, passando por cima ou pelo lado ou por baixo ou por onde quiserem, mas tem que haver aí um acesso à Freguesia de Esgueira. E não fazer com que se tenha de sair da cidade, de quem sai do Centro da cidade por esse túnel que foi construído, não tenha que ir a uma rotunda da estrada nacional 109, para depois poder ter acesso à Freguesia de Esgueira.

E claro que o Partido Socialista nos deixou, se não quer que se diga passivo, deixou um défice — é verdade, que nos deixou um défice estrutural. Um défice estrutural como aqui foi dito, subscrevo-o perfeitamente.

Temos um défice estrutural e por isso é que não é fácil de poder ser reconstruído porque os alicerces estão minados, e lembremo-nos deste edifício. Este edifício também, quando foi reconstruído, também tinha um alicerce pendente — e vejam lá a complicação que foi para endireitar a casa e para a pôr a funcionar.

É exactamente. Acho que foi uma figura que espelha exactamente aquilo que se passa com esta Câmara Municipal. O Partido Socialista deixou um défice estrutural a este município que não pode ser resolvido nos dois anos que este município está no governo, nem se calhar em quatro e se calhar é muito mais. É complicadíssimo isto que se está a passar no nosso município.

Por último, só uma referência aos Serviços Municipalizados que todas estas reuniões nos presenteia com um relatório. Um relatório que é bem elaborado, um relatório que mostra o trabalho que os Serviços estão a fazer. É um relatório que também força da conjuntura tem mostrado que o passivo está a ser paulatinamente atenuado e isso é de registar. É essa diminuição do passivo, pelo menos, começamos a ter alguns Serviços que começam também a mostrar um certo desafogo e por isso a verem retomar a sua actividade normal. Muito obrigado, Senhor Presidente.”

Vogal Raúl Martins (PS) – Usou da palavra nos termos do artigo 31º do Regimento: ⁰²⁰

“Muito obrigado Senhor Presidente. Um pedido de esclarecimento muito rápido ao Sr. Dr. Manuel Coimbra. Quando falou do alicerce pendente desta casa, que demorou tanto a resolver, eu gostaria de perguntar se esse alicerce pendente foi devido a alguma obra que o executivo anterior tivesse feito, nomeadamente esta que nós vemos aqui por trás de nós.”

Vogal Miguel Fernandes (CDS) ⁰²¹

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) – Nos termos do n.º 2 do artigo 43.º do Regimento, requereu a sua transcrição em acta: ⁰²¹

“Muito obrigado Senhor Presidente da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, senhoras e senhores deputados, senhores vereadores.

Dr. Jorge Greno, quero cumprimentá-lo nesta hora de partida e cumprimentá-lo pela postura que teve pela serenidade objectiva que colocava nas conversas que tinha, nomeadamente comigo, que eram aquelas que eu assisti obviamente e dizer-lhe que bem-haja. Agradecer-lhe pela afabilidade da forma com que se dirigia a nós. Pena é, que algumas obras de bandeira (todos desejávamos isso) não tenham sido concretizadas, mas com certeza que elas, a sua não concretização, não é responsabilidade sua. É, infelizmente, consequência da difícilíssima conjuntura financeira do município de Aveiro. Desejo-lhe as maiores felicidades nas funções profissionais que retoma. Obviamente que isto não é um adeus, é um até breve, estou certo. Caro Santos Costa, seja bem-vindo de regresso aqui à casa da democracia aveirense. Obviamente que a sua presença e intervenção enriquece-a e enriquece a democracia local. Espero que com a sua verve continue a colaborar aqui na defesa de Aveiro e dos interesses de Aveiro e das suas gentes.

Senhor Presidente da Câmara e Senhores Vereadores, cumprimento-os pelo desenvolvimento do Plano de Actividades Local, no ano em curso. Cumprimento-os, mesmo sabendo que ele tem sido desenvolvido de forma tímida, limitada, mas nem por isso deixa de ser importante referenciá-lo uma vez que resulta numa conjuntura e num enquadramento extremamente difícil da conjuntura financeira das finanças da Câmara de Aveiro. Bem-hajam pois por isso. Continue assim, com esse equilíbrio que tem colocado nas suas decisões e obviamente vai contar connosco agora e para o futuro.

E permitam-me, caros colegas, que termine aqui com um apelo. Os últimos dias tenho lido, posso não vir à Assembleia, posso andar calado, mas quero dizer-vos que devo informação, aliás, é a actividade que eu desempenho mais é devorar informação, e acompanho o que se passa também em Aveiro e no contexto actual da vida nacional e da vida local. Eu fazia aqui um apelo, não quero ser paternalista, não sou, obviamente quem sou eu? Sou apenas o Presidente da Junta de Oliveirinha, com muita honra. Mas sou também um aveirense que gosta da sua terra. E era preciso, é necessário, recentrar o debate aqui em Aveiro. Nós temos que dar as mãos caros colegas na defesa de Aveiro e não em tricas que não têm importância nenhuma nem dignificam ninguém. E os excessos de linguagem não nos levam a lugar nenhum. O Dr. Alberto Souto, pessoa que eu estimo pessoalmente excedeu-se na linguagem. É inadmissível aquele excesso. Ele tem obrigação dada a sua qualidade intelectual de ter uma postura diferente e de colaborar, mesmo distante que está, na defesa de Aveiro e das suas gentes.

E depois não está em causa só Aveiro meus senhores. Está em causa a nossa Região Centro que como sabem tem indicadores que nos envergonham a todos nós. Devemos estar preocupados com os indicadores da nossa Região Centro. Estamos a ser ultrapassados pela Região fortíssima a Norte e pela LVT a Sul. E nós estamos aqui distraídos, somos do Centro, somos bons rapazes, dizem que no Centro há tudo, vamos a ver os indicadores e afinal somos uma Região onde devemos estar extremamente preocupados, e nós como seus habitantes um pouco envergonhados com o que se está a passar.

Eu tenho ouvido e participo em algumas reuniões onde estes temas são avaliados. Assisto a reuniões de diversas CCDRs e posso dizer-vos que em tempo próximo já passado a CCDRC estava um furo abaixo por exemplo da CCDRN. E obviamente que a CCDRLVT tem um potencial que resulta de ser da região da capital, e dos bastíssimos recursos que dispõe e administra. Acho que os dirigentes da CCDRC melhoraram, mas tem de recentrar a Região Centro naquele lugar a que ela tem direito. Mas isso não é possível, nem a Comissão de Coordenação só por si pode fazê-lo. Temos de todos nós autarcas (não é só os autarcas dos municípios), também os autarcas das 1100 freguesias desta Região também devemos dar todos as mãos para ver-mos o que é que é importante para desenvolvermos a nossa região e para colocarmos a nossa Região na vanguarda do desenvolvimento.

Ainda há dias me dizia o Senhor Secretário de Estado do Emprego, que o nosso distrito de Aveiro era um oásis no contexto nacional em termos de emprego. E eu dizia: Senhor Secretário de Estado, se Aveiro é um oásis sabendo eu o desespero que vai a Norte do distrito e agora também nesta zona em termos de desemprego, então não sei como estará o resto do país!

Obviamente nós temos indicadores gravíssimos da situação, do desânimo dos empresários, do desespero de muitos deles, e temos consciência das empresas que estão a fechar todos os dias e cujo ritmo de encerramento vai aumentar, E não se fale que é a chamada destruição regeneradora – isso não chega. Olhamos muito para nova economia, que é importantíssima, mas é bom não esquecer que é com a economia real, das pequenas e médias empresas, que havendo emprego para os cidadãos irem comendo e sustentar as suas famílias. E esses estão a ser atacados por todos os lados. E a esses o Estado não protege. E é fundamental que haja aqui um virar de página perspectivando apoios para esses empresários, pequeninos que sejam, porque são importantes, para o tecido nacional, para o PIB nacional e para a empregabilidade e felicidade dos portugueses.

Depois ouvi aqui hoje, para terminar Senhor Presidente, uma Senhora dizer que a Câmara tem uma visão “paroquialista”! Eu fico incomodado com esta questão do paroquialismo. Porque é uma atitude ofensiva para aqueles que são da paróquia – eu sou da paróquia. O Barbosa também é da paróquia da Vera Cruz e outros assim. Eu não concordo com este tipo de afirmações. É como os Senhores da capital frequentemente falarem da visão, do provincianismo das decisões. Falam muito do provincianismo das decisões.

E eu penso que todos os senhores que também são da província como eu, se sentem ofendidos porque nós conhecemos as pessoas da capital, onde há pessoas muito importantes, muito qualificada, mas também há também gente tão humilde como nós. E esta arrogância das afirmações de uma certa classe, que invariavelmente vem do meio académico, a quem depois nós vimos na prática, no dia-a-dia da realização, essas pessoas são tão iguais, tão simples, tão humildes como nós que não estamos no meio académico. Disse Senhor Presidente.”

Vogal Pires da Rosa (PS) ⁰⁴²

“Um pedido de esclarecimento. Se não foi pelo facto de não trazer a Comunicação Escrita tão poucas coisas, ou tão poucas referências à sua freguesia de Oliveirinha, que também veio aqui fazer este discurso?”

Da Câmara Municipal:

Vereador Jorge Greno: ⁰⁴³

“Senhor Presidente, Senhores deputados, queria começar por agradecer as palavras que me dirigiram. Ao longo destes quase dois anos, deste tempo que estive na Câmara fiz aquilo que foi possível, dentro daquilo que sei e pude, com a colaboração dos funcionários, especialmente aqueles que trabalharam e trabalham nos serviços pelos quais sou o responsável e também sem eles não seria possível fazer aquilo que foi feito.

É com pena que sou forçado a abandonar estas funções neste momento. Mas efectivamente motivos de índole profissional e pessoal me levam a tomar esta decisão. No entanto até meados de Agosto estarei sempre ao vosso dispor na Câmara para aquilo que for necessário e depois também terei direito aqueles dias de férias naturais para “na reentre” recomeçar com força na actividade que vou voltar a abraçar.

Relativamente a assuntos que foram colocados e que terão a ver com os pelouros que detenho. Deputado Miguel Fernandes terá falado do PIT. Já foi alvo de uma intervenção na Câmara Municipal, por unanimidade. Penso que o Plano Estratégico e o Plano de Intervenção de Turismo não interessam a ninguém na nossa zona. Acho que se há assunto em que estamos todos de acordo é este. E a Câmara entende que deverá ser a GAMA a tomar uma posição mais forte neste aspecto e que defenda o interesse de todos os municípios. Porque aqui falo não só do nosso concelho mas da região da Ria. E mais uma vez aproveito para fazer o lamento que com esta nova regulamentação, com estas novas regras, que Mira deixe de fazer parte da Ria!? Por decreto consegue-se tirar Mira da Ria. Pronto, as pessoas da província de Lisboa não conhecem bem a nossa realidade, mas talvez não fosse mau virem cá ver que Mira faz parte da Ria, apesar de ser do Distrito de Coimbra. Mas a Ria julgo que tem que ser tratada como um todo e acho que devemos todos lutar por isto. Porque não faz sentido em termos turísticos e não só, mas não faz sentido que Mira seja posta de lado porque pertence ao Distrito de Coimbra. Penso que aqui estamos todos de acordo e não há qualquer dúvida quanto aquilo que devemos defender.

Senhora deputada Teresa Fidélis. Quanto ao link no site para o PDM, já estivemos ali a trocar umas opiniões, não só neste caso como em todos os casos relativamente ao site, qualquer sugestão, qualquer dúvida, mandem-me um mail a mim ou para a Câmara, para algum sítio, que ele virá ter comigo. Porque o site é nosso, está aberto às vossas sugestões. Se as vossas sugestões forem no sentido de melhorar o site façam o favor de criticar, de sugerir, que nós queremos melhorá-lo.

Aproveito para referir relativamente às queixas que hoje por acaso foram feitas da velocidade de acesso. Estamos neste momento a melhorar o serviço. Já temos orçamentos do nosso fornecedor de serviço para aumentar a largura de banda, mas entendemos contactar também um concorrente e estamos à espera do orçamento desse concorrente para ver qual será a

solução mais vantajosa para aumentarmos a largura de banda e tentar com que o acesso ao site seja mais rápido e mais eficaz.

Por falar em site. O senhor deputado Jorge Afonso falou no projecto do Regulamento Municipal das intenções sociais do concelho de Aveiro, não o conhece!? Isto só prova que não costuma ir ao site, porque ele está no site. Está disponível para quem o quiser ver. Não só os senhores deputados municipais, mas para qualquer cidadão do concelho de Aveiro. É para isso que serve o site da Câmara e quando precisar de ver alguma coisa sobre a Câmara, se for ao site, talvez evite fazer comentários desse género que não têm nexos nenhuns.

Senhor deputado António Rodrigues. Falou da introdução do serviço de higiene e segurança. Efectivamente é algo que todas as entidades estão obrigadas por lei, inclusivamente os municípios. É algo que a Câmara anterior não tinha começado a fazer, mas que nós entendemos que é bastante importante. Não só como um combate real ao absentismo. Porque entendemos que um serviço de medicina, higiene e segurança, é o nome deste serviço, é uma fonte positiva de combate ao absentismo na Câmara ou em qualquer empresa ou em qualquer entidade, mas também na observação e melhoria das condições de trabalho. Porque nós que estamos todos os dias numa determinada instituição, muitas vezes sabemos que há um degrau mais alto ou uma prateleira fora do sítio e desviamos-nos e aquilo para nós não é obstáculo porque faz parte já da nossa vivência. É importante que estes serviços sejam criados e que venham pessoas de fora ver em que condições é que nós trabalhamos para que nos dêem as dicas necessárias para melhorar as acessibilidades, para melhorar planos de emergência, para colocar a sinalética. Porque tudo isso faz parte da medicina, higiene e segurança no trabalho. Estamos a começar. Aproveitámos os estágios no âmbito do programa PEPAL, para ter uma estagiária connosco, especializada nesta área, uma licenciada especializada nesta área, para dar o pontapé de saída. Naturalmente que quanto à parte da medicina, certamente que iremos recorrer à subcontratação porque não faz sentido ser de outra maneira. Há empresas especializadas que tratam desse serviço. Quanto à parte da higiene e segurança no trabalho, iremos ver se será melhor optarmos também pela subcontratação ou recorrer depois a um serviço interno que possa levar a cabo este serviço. Muito obrigado.”

Vereador Pedro Ferreira: [uu](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados, foram colocadas duas questões e um comentário que eu irei transmitir. Eu julgo que o Presidente Barbosa colocou uma questão sobre os Ecopontos degradados. Eu gostava, neste momento em representação também, porque pertença por inerência ao Conselho de Administração da ERSUC e é ela que procede à substituição dos próprios Ecopontos, de nos transmitir o local exacto onde estão degradados. Obviamente que isso tem-se vindo a verificar-se bastante nos últimos tempos a degradação dos Ecopontos, existe muito vandalismo e, portanto fazia o favor. Até se os Senhores deputados conhecerem alguma destas situações, nomeadamente os senhores Presidentes de Junta, temos todo o gosto em proceder à substituição.

Colocou a questão da ligação Aveiro/São Jacinto. A ligação Aveiro/São Jacinto é feita entre a Moveaveiro e a Auto-viação Aveirense. Agora, a ligação, vai desde a estação de Aveiro às 8:20 horas que sai o autocarro, que depois tem ligação no Forte da Barra para São Jacinto. E também transmitir-lhes que já se encontra disponível o autocarro desde o cais de atracamento até à praia de São Jacinto.

Em relação ao Ferry-boat, apenas agradecer a preocupação do deputado Raúl Martins. Também nos preocupa, apesar das inspecções do IPTM, do certificado de navegabilidade, sabemos que isso por vezes não é suficiente e agradecemos a preocupação.

O deputado António Regala julgo eu, colocou a questão da lancha Aveiro/São Jacinto. Eu não deduzo que essa seja uma lancha (e como transmitiu e bem), não me parece que seja social. Transmitir-lhes que (alguns aqui saberão) o custo de uma lancha a navegar é bastante caro e

portanto, julgo que nós podemos pensar e temos pensado várias vezes em colocar essa lancha mas sempre talvez com fins turísticos, porque se for como carreira normal o preço seria exorbitante mesmo em termos sociais. É só.”

Vereador Capão Filipe: [ms](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados, muito boa noite. Já aqui poderia fazer um primeiro ponto da situação sobre o Brasão de Armas da Cidade de Aveiro. Em boa hora aqui foi trazido na sessão anterior, e com a opinião de um técnico competente, o qual desde já agradeço, referir o seguinte: como nós sabemos a Heráldica é uma ciência que como tal possui regras e normas próprias, tendo em vista o estudo e a implementação dos Brasões e sua representação gráfica.

Em relação às questões levantadas, referir que a lei em vigor é a Lei 35/91, em que o Estado estabeleceu definitivamente a Heráldica Autárquica e de Pessoas Colectivas de Utilidade Pública Administrativa, ao nível de princípios gerais e da ordenação dos símbolos heráldicos e no que às questões aqui levantadas na sessão anterior.

Em relação à legenda, porque o Brasão de Armas da Cidade de Aveiro foi aprovado em 20 de Janeiro de 1926, não foi alvo das normas impostas pela Lei de 14 de Abril de 1930, nem tão pouco pela Lei já referida 35/91, que regulamenta esta mesma heráldica autárquica.

Por essas razões, o Brasão da Cidade publicado em Diário da República de 1926, diz: «fita branca, com os dizeres a vermelho “Cidade de Aveiro”». Quando já deveria hoje em dia dizer para respeitar a Lei “listel branco, com os dizeres em letra elzevir preto “Cidade de Aveiro”. Portanto há aqui uma desactualização em relação à Lei em vigor.

Relativamente à questão da legenda, esta deve dizer como diz: “Cidade de Aveiro”, porquê? Porque o município engloba não apenas a cidade, mas diversas vilas e freguesias, todas em princípio com o seu Brasão próprio. E o Brasão que neste momento representa o município por ser cabeça do município é o Brasão da Cidade. E porque é que é o Brasão da Cidade? Porque é uma coroa mural de cinco torres de prata, distintivo das cidades, assim como a bandeira gironada de branco e vermelho, igualmente distintivo próprio das cidades. E por consequência, enquanto a bandeira do município foi buscar o Brasão de Armas da Cidade só poderá ter esta referência.

Obviamente que poderemos entre nós colocar a questão se deveremos ter um município com outro tipo de Brasão, que não o Brasão da cabeça do município, o Brasão da Cidade. Mas sobre o ponto de vista de cidade é de facto a designação de cidade que tem que ter neste Brasão de Armas. Bom, podemos fazer outra bandeira do município e na devida altura poderemos ponderar isso.

No que diz respeito às condecorações, como o Sr. Dr. Candal já referiu e muito bem, sobre as armas da cidade, figura ocular da ordem de torre e espada, nos casos em que uma autarquia possua mais que uma condecoração honorífica, deve apenas figurar a de maior importância, caso contrário correria o risco do Brasão de Armas ser representado com um sem número de condecorações, as quais se tornariam inestéticas e despropositadas.

No que diz respeito à hipótese de um lema por baixo, como seria a terra da liberdade ou outro, portanto relativamente à inclusão de um lema ou mote no Brasão, o mesmo é normalmente pela ciência heráldica desaconselhado, uma vez que pode prejudicar a correcta leitura dos símbolos heráldicos já existentes.

De qualquer dos modos, já ficou aqui uma referência construtiva, temos necessidade de pequenas alterações, correcções, designadamente no Brasão de Armas da Cidade e devemos agora seguir os tramites da Lei em vigor 35/91 de 27 de Julho e da Lei 53/91 de 7 de Agosto, bem como reflectirmos em algumas alterações que possam fazer.

Agradeço aqui publicamente o contributo do Dr. Delfim Bismarq Ferreira, Presidente do Instituto de Heráldica, diplomado e autor de mais de uma dezena de Brasões Autárquicos e de Associações, e que deu em tempo recorde este parecer.

Foi de novo aqui levantado, embora eu já tenha aqui referido também em sessão anterior, as árvores ditas “alérgicas” na avenida da Universidade.

De facto essas árvores são em definitivo choupos negros. Não há registos de alergias a esta espécie. Apenas há um incómodo porque as árvores ao atingirem o seu estado de desenvolvimento maduro, nesta altura, fazem uma floração todos os anos neste mês, libertando uma espécie de algodão.

O que há a fazer e que fazemos, é pedir à entidade, enfim, respectiva, para aspirar diariamente ou pelo menos com mais frequência a respectiva avenida. Às vezes uma rega das árvores ou por exemplo o tempo de chuva, consegue acalmar este tipo de fenómeno. E como também já expliquei em sessão anterior, embora o senhor deputado Raúl Martins na altura não estava, de facto o fenómeno de alergia a pólenes, os aerolergéneos, normalmente tem um ciclo de polinização de espécie vegetais, cujo ciclo de polinização é com o vento e não são visíveis a olho nu. Muitas das vezes são produzidos a quilómetros de distância das cidades, entram pelo vento nas respectivas cidades e são normalmente em Portugal, as ervas daninhas rasteiras, responsável por mais de metade das alergias, seguindo-se pequenos arbustos e muito raramente as árvores — e em Portugal a árvore mais responsável pelo fenómeno alérgico é a Oliveira.

No que diz respeito ao elevador da Biblioteca Municipal, é de facto uma preocupação. Nós temos convicção que rapidamente se arranjará. Por vezes este tipo de arranjos fica preso, porque há um aproveitamento legítimo, para se iniciar algum tipo de negociação ou de plano de pagamento de dívidas anteriores, e ficando preso a uma dívida anterior, como infelizmente na nossa vida quotidiana municipal nos deparamos, a comunicação que é feita logo no segundo imediato à ocorrência de uma avaria é ficar-se preso a essa contingência infeliz.

A candidatura do Barco Moliceiro a Património Mundial. Obviamente que também estamos com esta candidatura. Dispomo-nos a todo e qualquer tipo de auxílio. Provavelmente se a nossa alma, a alma de todos nós, a alma do aveirense, que é imaterial, fosse objectivada, teríamos todos uma alma da forma do barco moliceiro.

Também há boas novidades no que diz respeito a isso. A Regata de Moliceiros, em boa parceria com a Rota da Luz, vai iniciar um projecto de internacionalização. Portanto dentro da denominada Festas da Ria, temos a Regata de Moliceiros. A exposição de embarcações tradicionais e os dias a envolver a própria regata, será cada vez mais um evento internacional. E ficamos é surpreendidos, porque é que andando aí em Portugal uma espécie de obsessões pelas maravilhas de Portugal, de facto não tenham incluído o barco moliceiro, como uma das maravilhas de Portugal.

O projecto regulamento municipal das habitações sociais está em consulta pública. Agradeço ao Senhor deputado que lembrou esta circunstância, porque fazemos daqui um apelo a que ainda estão a tempo de participar nessa mesma consulta pública. E para isso basta ir ao local da página da Câmara Municipal de Aveiro, onde está o respectivo documento.

Julgo não dever antecipar a análise e discussão deste projecto, uma vez que cumprindo todos os trâmites legais, virá aqui, mais do que provável na Sessão de Setembro da Assembleia Municipal e então aí será objecto de cuidada análise, discussão e deliberação.

Em relação às habitações sociais, designadamente de Cacia. Uma vez as obras já iniciaram há alguns meses e contamos que esteja a decorrer o seu curso normal, após negociação de uma dívida, que impedia nos últimos anos a conclusão dessas mesmas casas de habitação social e sabendo nós como premente é este tipo de circunstância, no que às necessidades de habitação social, já identificadas que temos no nosso município.

Em relação à comemoração do dia internacional do Museu em Aveiro, o lema nacional era estabelecer “Pontes de Cultura”. Nós fizemos, quer usando barcos moliceiros, quer as pontes pedonais, em parceria com diferentes associações de amizade, designadamente com economias florescentes, com quem temos relações seculares como é a China ou com países da lusófia, fizemos um conjunto de eventos que foi unanimemente considerado cosmopolita e que atingiu os objectivos, em termos de animação de um sábado. Viveu-se um Sábado diferente, no centro da cidade, pelo que agradeço a opinião do deputado e Presidente da Junta da Vera Cruz, por ser a primeira opinião negativa deste mesmo evento. E isso deixa-nos de facto, enfim, satisfeitos com essa circunstância, sobretudo por ser a única e apesar de tudo por termos uma maior ambição por consequência a uma opinião construtiva com certeza.

Em relação aos Ecopontos já aqui foi também referido. Apenas acrescentava que atingimos já um rácio normal de Ecopontos em termos de números de habitantes. Porém obviamente que temos o desejo sempre de à nossa porta não ocorrer, embora muitas as vezes quando também vamos colocar o Ecoponto à porta, uma vez aí colocado já a opinião muitas das vezes é diferente “à minha porta não”, afastar mais um bocado o respectivo Ecoponto. Mas aqui a importância é sobretudo uma importância de quando queremos afirmar e ser referência no ambiente e no desenvolvimento sustentável. É o comportamento individual, mais do que a existência de um Ecoponto naquele sítio ou naqueloutro. É a formação de gerações, a formação do cidadão, sobretudo na separação selectiva de resíduos. Entendemos como um desígnio das famílias e por consequência faço aqui dentro do aspecto formativo do nosso plano de ambiente que está em curso, de as famílias de Aveiro, terem mini Ecopontos dentro das suas próprias casas e iniciarem a separação dentro das suas próprias casas. Porque algures próximo neste momento, já existirá um Ecoponto não muito distante e por consequência aquilo que estará hoje em dia mais em causa é todos nós fazermos parte desta eco responsabilidade e da continuidade da aplicação do plano de ambiente nesta área formativa.

Em relação à questão dos arrumadores de automóveis e prostituição. Nós temos um programa hoje aí para inserir, que sobretudo funcionou nos primeiros anos, dedicado como objecto à acção e a reinserção dos arrumadores automóveis. Fizemos alargar para outros grupos de risco, designadamente a prostituição.

Há trabalho a ser efectuado. Penso que o trabalho social não carece de qualquer tipo de publicitação ou de bandeiras. Temos no terreno equipas, designadamente técnicas sociais da autarquia, em parcerias com IPSS’s de referência, as quais aqui também agradeço a sua intervenção como as Florinhas do Vouga e em acompanhamento, designadamente o fenómeno da prostituição, do tipo de pagarem a uma hora determinada a alguém que com este tipo de identificação, inclusivamente fazer acompanhar a uma consulta a Coimbra e regressar a Aveiro etc. etc. Isto é todo um trabalho no terreno em relação a estes grupos de risco, que não visível, mas seguramente que se este trabalho em matéria social como em matéria de saúde, nunca os nossos recursos se esgotarão. Queremos sempre mais e com certeza que mais serão necessários, mas de qualquer dos modos, mais haveria se não tivéssemos neste trabalho invisível mas de formiga e no terreno.

A Feira do Livro. Em relação à Feira do Livro, de facto aqui já foi referido o nosso compromisso de fidelização à centralidade do local no Rossio. Tem sido motivo de satisfação geral bem como o balanço feito pelos livreiros e editores desde que para ali se mudou a Feira do Livro. Nós em termos de ranking das feiras nacionais do livro, a seguir a Lisboa e Porto, ocupamos a terceira posição, embora também registo aqui que temos cada vez mais ambição, para esta mesma feira do livro.

A Rua em frente ao Gato Preto. Nós já fizemos aquela abertura da frente do Rossio, que é aquele triângulo que faz parte, como já aqui explicámos, de um projecto que também envolve o alargamento do passeio do lado direito. Entretanto também estamos a ultimar com a entrega da obra da Casa Major Pessoa, a envolvente com a acessibilidade para todos da própria casa,

que envolve um tratamento, fazendo parte desse programa, que pretendemos de alargar os passeios nesta envolvente.

Em relação ao Centro Coordenador de Transportes versus Banco Alimentar. O Centro Coordenador de Transportes de facto vai ser, no que diz respeito ao plano de mobilidade, também em curso, uma referência. Porque vamos finalmente ter um início de multi-modalidade e por sua vez dar maior relevância, ao lado nascente da gare de Aveiro. Aliás, era um desafio que aqui lançava. De facto, nós temos à semelhança da Gare do Oriente, já há gare de Aveiro. Aquilo já não é a estação de Aveiro, é a gare de Aveiro. E este lado nascente ficará complementado com o Centro Coordenador de Transportes. Em relação ao Banco Alimentar o Banco Alimentar não é afectado, isto porquê? Porque nós vamos alugar ao Centro Coordenador de Transportes a parte central do edifício, com a respectiva zona de bilheteira, para diferentes parceiros e uma zona de serviços e de depósitos de cargas, uma zona administrativa, mas a área alugada ao Banco Alimentar contra a fome é na ponta quem olha de frente o edifício. Quem está de costas para o edifício é na ponta direita, ao nascente do respectivo edifício.

Como a parte central estava devoluta, em duas campanhas por ano, que são as campanhas do banco alimentar contra a fome, era usado um tapete rolante para a separação e triagem das chegadas das respectivas ofertas em dois dias por ano. Isso será com certeza em conversação com o banco alimentar contra a fome resolvido sobre o ponto de vista logístico e já nos sentámos para conversar aquilo era provisoriamente usado no centro do edifício e era dois dias por ano.

E aproveitamos o ensejo para duas coisas. Em primeiro felicitar e expor o orgulho do nosso município pelos dez anos, do banco alimentar contra a fome. Aliás apoiámos as suas comemorações designadamente com um evento, um concerto no Teatro Aveirense e também de aceitarmos esse desafio, que atendendo ao objecto e à realidade solidária e voluntária do banco alimentar contra a fome, que provavelmente merecerá melhores instalações, embora a função do cumprimento da missão do banco alimentar contra a fome nunca esteve em causa, aquando da aprovação da instalação no centro coordenador de transportes.

Por último, esplanadas na Rua do Canal do Côjo. Já desafíamos a sociedade civil a abrir uma nova frente para esta mesma Rua do Canal do Côjo, na medida em que esplanadas directamente naquela área, pelas exigências legais não é possível porque o tipo de apoio a esplanadas tem que ser com a requalificação das traseiras daqueles quintais, pelas exigências dessa mesma Lei e exigências desde balneários, compartimento para os colaboradores das instalações, água, luz, etc. etc.”

Vice-Presidente: [u6](#)

“Começarei por cumprimentar a Mesa, o Executivo, Senhores deputados, Senhores munícipes, comunicação social. Foram aqui apresentadas, houve aqui trinta e três intervenções, eu procurarei só tocar nalguns aspectos, que eu sei que são os mais preocupantes e que têm preocupado muita gente.

Aproveito a altura para falar um pouco sobre o mercado do peixe. Houve intervenções em relação a este assunto quer do Senhor João Barbosa, quer do Senhor António Regala, quer do Dr. Pires da Rosa, quer do Dr. Jorge Nascimento. Eu, comungo convosco, eu gosto muito da Praça do Peixe e tenho uma particularidade — é que conheço todos os vendedores da Praça do Peixe. Trabalhei muitos anos com eles e conheço bem aquela gente, aquelas pessoas, que nós não queremos de forma nenhuma prejudicar, nem queremos complicar-lhes minimamente a vida.

Acontece que nós recebemos um parecer. O Sr. João Barbosa disse que o parecer era de uma empresa privada. Não é de uma empresa privada, é de uma empresa pública tutelada pelo Estado. E portanto, é um parecer que eu creio que tem toda a credibilidade. Se bem que para

mim tem a importância que tem, porque não deixa de ser um parecer. Mas a grande questão que se põe é esta: havia duas posições a tomar em relação ao parecer. Era metê-lo na gaveta ou era divulgá-lo. Metê-lo na gaveta qualquer entidade podia chegar ali e encerrar o mercado do peixe e nada se resolveu. Divulgar o parecer era proceder a um amplo debate sobre o mercado do peixe. Eu creio que houve um grande debate sobre o mercado do peixe.

O Senhor António Regala fez um requerimento à Câmara perguntando se é intenção do Executivo fechar o mercado de peixe. E eu respondo-lhe claramente, dizendo que não é intenção do executivo fechar o mercado do peixe. Mas isso não garante nada dizer-lhe que o Executivo não fecha o mercado do peixe, não garante absolutamente nada porque a questão que se põe aqui é se é possível respeitar os regulamentos comunitários e fazer obras sem desvirtuar aquele edifício.

Essa questão é uma questão que nós temos claramente pensado sobre isso. Também não deixa de ser curioso, coisas que eu ouvi, que nós queríamos vender o mercado do peixe. Que nós tínhamos já um acordo com a associação de bares para se ir ocupar o mercado de peixe. Portanto, isso são as pessoas, têm o direito de escrever e de dizer aquilo que quiserem dizer, só que isso nunca passou pela nossa cabeça, nem temos minimamente essa intenção.

Portanto, em relação ao mercado do peixe a situação é esta. Eu há dias, porque conheço as pessoas, convidei-as para ir ao Mercado de Santiago. Estive reunido com as pessoas todas do Mercado de Santiago. Estive com o Veterinário Municipal e estive com outras pessoas e estivemos a pensar alto todos. Agora atropelar as pessoas, correr com as pessoas que estão na praça do peixe nunca faremos isso. Não é essa a nossa intenção. Mas se acontecer qualquer imponderável ninguém nos pode levar a mal que nos preocupemos com essas pessoas e com a possibilidade, se calhar, de alojar essas pessoas melhor do que aquilo que elas estão neste momento.

Nós estamos a falar de 12 vendedores do Mercado, que estão no mercado de peixe, estamos a falar de 12 pessoas que estão a vender no mercado de peixe. A Câmara Municipal de Aveiro, não quer encerrar o mercado de peixe — esse ponto que fique claro e que não haja dúvidas nenhuma acerca dessa matéria. Eu subscrevo isso. Eu gosto muito do edifício, estou ligado à Praça do Peixe. Essa questão não está em causa. É o ex-libris da cidade, estou de acordo. Li o seu texto, gostei do seu texto, não tenho problema em relação a isso e eu não quero ser acusado, nem o Executivo quer ser acusado de encerrar o mercado de peixe.

Eu creio que esta situação está clara, que fique clara, não há dúvida nenhuma acerca disso. Também não estou interessado em mandar lá ninguém. Também não estou interessado em pedir um parecer. Se bem a quem o havia de pedir para dizer o que é que acha daquelas instalações para vender peixe, mas isso também não vou fazer porque eu sei qual seria o resultado disso. Não tenho dúvida nenhuma sobre qual seria o resultado disso. Portanto queria deixar estas notas que eu creio eu são importantes.

Eu queria saudar o Senhor Santos Costa pelo seu regresso aqui também, e queria dizer-lhe que em relação à questão que pôs sobre os passeios em Santiago e ruas, nós temos um acordo com a Junta de Freguesia. Fizemos uma parceria com a Junta de Freguesia, estamos a procurar resolver esses problemas.

Dr.ª Teresa Fidélis, que eu cumprimento e que tive oportunidade de ouvir na última reunião da Comissão Mista que se realizou em Leiria e que é da equipa promotora, e que é uma técnica conceituada, e que é da equipa promotora do PROT e do QREN e portanto domina estes assuntos com um à vontade que não será comum a qualquer cidadão. Sobre o Plano Director Municipal, gostaria de lhe dizer o seguinte: a Câmara Municipal iniciou o processo de revisão em 2004. Acontece que a publicação da Comissão Mista de Coordenação demorou dois anos. Esta Comissão é constituída por 29 entidades, foi já efectuada a primeira reunião da Comissão Mista de Coordenação, a qual serviu principalmente para análise das condicionantes, servidões, e restrições de utilidade pública. As entidades comprometeram-se ainda a enviar os

respectivos contributos para a elaboração dos documentos do PDM. Neste momento estamos a compilar a informação fornecida pelas entidades. Os contributos dados pelos Directores de Departamento, Chefes de Divisão da Câmara, e ainda as sugestões dos Senhores Presidentes de Junta de Freguesia. A tramitação processual será a seguinte: após finalização da elaboração da revisão do PDM, a proposta será submetida ao parecer das entidades. A Comissão Mista de Coordenação elabora um parecer escrito. Seguidamente haverá um período de discussão pública. Concluída a versão final do Plano, a Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional deverá elaborar um parecer. A aprovação do Plano é da responsabilidade da Assembleia Municipal, após o que será enviado para a Direcção Geral do Ordenamento e Desenvolvimento Urbano para ratificação do Plano.

Gostava de dizer à Dr.^a Teresa Fidélis, que a GAMA, que envolve as Câmaras e os Senhores Presidentes das Câmaras Municipais de Aveiro, Ílhavo, Sever do Vouga, Estarreja, Albergaria-a-Velha, Vagos, Murtosa, Águeda, Oliveira do Bairro, Anadia e Ovar, que têm feito um trabalho inter-municipal, que tem a ver com estas questões, já fez uma análise em relação à reunião que tivemos ultimamente em Leiria e está extremamente crítica em relação àquilo que se lá fez.

Está extremamente crítica. As Câmaras todas estão críticas com isso e vão apresentar um trabalho relacionado com isso. Eu quero também cumprimentá-la porque como responsável pelo Ambiente na Universidade de Aveiro. Também é sabido que a GAMA, entregou o Plano de Acção à Universidade de Aveiro. Preferiu-a em vez de um outro gabinete não é, e que no dia 5 de Julho vai ser assinado esse protocolo entre todas as Câmaras e a Universidade de Aveiro. Será na Reitoria da Universidade. O Senhor Presidente da Câmara lá estará, lá estarão também todos os outros Senhores Presidentes de Câmara.

Gostaria de falar aqui numa questão, que é uma questão do prédio da Rua Engenheiro Oudinot. Nós não gostamos de brincar com coisas sérias e houve quem brincasse com coisas sérias. E nós damos o tratamento que devíamos dar em relação a essa questão, porque não pactuamos com maledicência. Porque não concordamos com o atacar escondido, o atacar de escondido, não atacar às claras, não ser frontal, não atacar às claras, e a nossa posição é clara. A obra embargada. Tudo faremos para que o início dos dois andares a mais, que se começou a construir, que sejam demolidos. Tudo faremos para que isso aconteça.

Neste momento a obra está embargada. P proprietário fez um requerimento dizendo que o embargo é ilegal. Ele pode meter uma providência cautelar. Eu não acredito que tenha o mínimo sucesso em relação a essa matéria. A posição do Executivo é clara. Sem suporte técnico, legal, para dar provimento aos mais dois andares, não há a mínima hipótese de isso andar para a frente.

Em relação ao prédio da Vidor, eu creio que o Senhor Presidente da Câmara vai falar sobre isso, conhece muito bem esse problema.

A Dr.^a Ana Seíça Neves levantou também a questão do Canal de São Roque e a questão da lota. É verdade que é uma nova zona e que está bonita. Temos ali um problema grave que são os parques de estacionamento. Aqueles parques de estacionamento, aquilo vai ser um caso sério, porque mete-se o Inverno e os carros a estacionar, a entrar e a sair, aquilo vai ser um caso sério em termos de manutenção. Fez-se lá um desbaste na relva, creio que nos últimos dias, creio que se melhorou aquilo um bocado. Tomei nota das questões que levantou em relação à falta de iluminação e esses aspectos.

Agradecer e felicitar o João Rocha de Almeida por ele ser o novo responsável do PSD aqui em Aveiro. Desejar-lhe também muita sorte — não é fácil. Somos um Partido que não estamos no Poder e não é fácil e as coisas não são fáceis. De qualquer forma boa sorte. E pronto, era só isto, não me ocorre dizer mais nada. Obrigada.”

Presidente da Câmara: [out](#)

“Senhor Presidente, Senhores deputados, permitam-me que comece com uma saudação inicial, justa, incontornável ao Dr. Jorge Greno. Uma palavra de total concordância com todas as manifestações de apreço que hoje aqui foram produzidas.

Convivi profissionalmente pela primeira vez com o Dr. Jorge Greno e todas as palavras que aqui foram ditas são merecidas e justíssimas. Parabéns e obrigado Dr. Jorge Greno. Aveiro continuará sempre a contar com o seu empenho e a sua competência.

Duas palavras também, duas saudações, ao Senhor Santos Costa e ao Senhor Rocha de Almeida.

Quanto ao Período de Antes da Ordem do Dia, duas ou três questões mais relevantes que aqui foram colocadas, uma delas em relação à ligação a Esgueira. Foi inicialmente colocada pelo Dr. João Carlos Valente e depois retomada pelo Fernando Marques e pelo Prof. Manuel António Coimbra.

Em relação a essa ligação, e é um problema grave que nós temos aqui, esta distância que há ou esta dificuldade de acesso de Aveiro a Esgueira. Em relação a isso, em relação àquela solução que apontaram que é o aproveitamento daquela avenida iniciada na rotunda depois do túnel da estação, mas há aí pelo menos quatro questões envolvidas. Há a passagem de nível que ali está, que é um problema que existe ali assim. Há a questão do piso que ainda falta resolver, do tapete. Há a questão da rotunda onde irá dar porque depois disso há-de desaguar nalgum sítio e essa solução também tem que ser previamente encontrada para que depois não tenhamos lá mais uma conflitualidade. E também o novo alinhamento do lado de Esgueira, mesmo juntinho à linha do Vale do Vouga ainda não está completamente resolvido.

Destas quatro questões, quanto à passagem de nível, temos tido reuniões já com a REFER no sentido de encontrar uma solução para esse caso, para minorar o problema, porque não se vai resolver definitivamente. Porque os custos de um desnivelamento são superiores a um milhão de euros. Portanto não haverá a prazo hipótese disso, mas há ali uma solução encontrada com a REFER com algum equilíbrio e garante a sua funcionalidade. Quanto ao piso é uma questão que decorre dos restantes.

Quanto à rotunda, onde irá dar. Estamos também a trabalhar nessa, e naquela que há-de vir da Escola Secundária de Esgueira, de forma que haverá ali um grande espaço para valorizar aquela envolvente toda.

Quanto ao alinhamento que falta realizar, houve divergências, connosco e com a pessoa em causa. Foi um processo que não foi fácil. Não houve entendimento como nós todos gostaríamos. E nesse sentido envolvemos a Junta de Freguesia de Esgueira que tem tido um papel decisivo no processo e que nós está a ajudar a resolver o problema, esperemos que para muito em breve essa questão do novo alinhamento fique completamente resolvida e que a circulação viária aqui em Aveiro ganhe muito com aquela nova realidade, que vai ser esse acesso a Esgueira.

Praça do Peixe já está. Dr. Miguel Fernandes, duas questões que penso que ficaram por responder. A questão de São Jacinto. A jurisdição da área que colocou é da APA. Em relação à lota, tem continuado, tem prosseguido, os contactos entre o município e a APA e também com investidores, de todo aquele espaço ali. Em todas as reuniões é sempre salvaguardada a situação dos clubes residentes que lá estão. À Vela e o Clube dos Galitos, os seus direitos naturalmente que queremos respeitar e temos o dever de os respeitar.

O problema que se passa aqui Dr.ª Teresa Fidélis. Sabe que em relação a estes instrumentos de planeamento e todos fazemos votos para que essa nova legislação saia. É que só a ratificação de uma Comissão responsável pela alteração do PDM durou dois anos a ser feita!?! Foram escolhidos os nomes, a Câmara e a CCDRC chegou a acordo com as entidades todas que iriam integrar a Comissão, as tais 29 que foram aqui referidas, e demorou dois anos a assinatura dessa Comissão para poder começar a funcionar.

Portanto, estamos assim a nível de instrumentos do planeamento. É assim que funcionamos. Portanto vamos ter de continuar, se não houver alteração legislativa, a continuar com o actual quadro legal daqui a 6, 8, 10 anos, devemos ter o Plano Director Municipal revisto.

Foi a Comissão que ainda a anterior Câmara chegou a acordo rapidamente com a CCDRC, para a sua constituição. Depois foi lá para aquela gente toda assinar, despachar e autorizar e no final de tudo foram quase dois anos a chegar (ouvem-se vozes).

Agora todos esperemos, que aquilo que são, que é a vontade que sabemos, pelo menos expressa pelo Senhor Secretário de Estado do Ambiente, pelo Senhor Ministro do Ambiente, e pelo Senhor Primeiro-Ministro, que se concretize. Porque este é um espaço onde temos que registar melhorias significativas no nosso quadro legal.

Quanto às questões de hoje, no âmbito da Comunicação Escrita à Assembleia, Jorge Afonso, obrigado pelas palavras em relação à Frapil.

Pista de Remo. Nas diferentes reuniões que temos tido com todas as partes envolvidas e com a empresa, para sermos mais seguros e mais sérios, não vão dar início já às obras. Há uma multiplicidade de questões aqui (referiu algumas há pouco), nomeadamente a questão da identificação dos proprietários, que é um problema dramático ali naquele espaço, para se conseguirem encontrar. Há a negociação dos terrenos. Há o processo expropriativo, há os constrangimentos ambientais, há os procedimentos legais. E então acertámos aguardar o início das obras para uma altura mais conveniente, de forma a que não sejamos levados agora cheios de boa vontade e cheios de pressa a ter que depois mais à frente parar, e ter problemas. Então fazer aqui um compasso de espera, para depois avançarmos definitivamente.

Sérgio Loureiro, em relação aos Mártires da Liberdade. Foi um acto de justiça aquilo que nós fizemos, apenas justiça. Porque a primeira condição para nós ganharmos o futuro é respeitar o passado, e fizemo-lo com esse acto.

Dr. Jorge Nascimento agradecer a reflexão séria e profunda que nos trouxe.

Dr.ª Teresa Fidélis, prédio Vidor. Eu não sei responder com todo o pormenor que certamente desejaria. Sei (e isso tenho a certeza, porque nesse sentido instruímos os serviços e até agora não houve nenhuma anotação contrária) que a empresa tem cumprido religiosamente todos aqueles compromissos que assumiu. Todos, religiosamente. Aiás, depois de um ano e dois meses de cumprimento mensal e rigoroso e meticuloso por parte da empresa, não se percebe porque é que este problema se arrastou tantos anos. Mas fico ao dispor naturalmente para prestar todos os esclarecimentos adicionais que entenda por bem.

Dr. João Carlos Valente, isto entronca na questão que colocou do passeio, das árvores, das varandas. Uma coisa eu sei: é que aquele plano respeita o PP do Centro.

Agora, o que acontece também aqui é um pouco o que falámos há pouco. Poderemos detectar à posteriori uma falha mínima e se corrigíssemos ali meio metro num lancil ou numa coisa, ficava tudo bem, não podemos. A gente viu o erro, mas acabou. Está errado, mas está. Está no Plano Pormenor, é Pormenor, a árvore bate na varanda, tem que bater na varanda. Não podemos fazer outra coisa. Porque se quisemos alterar, se quisermos fazer uma simples alteração por muito simplificada que seja, lá estamos não sei quantos anos à espera dessa alteração, e veja-se o caso do Plano de Pormenor de Rasos, já anda há quatro ou cinco anos, por causa de um simples tracinho, que a Assembleia já decidiu, tudo resolvido, tudo decidido, tudo aprovado, toda a gente verifica que não houve má intenção nenhuma naquela falha, toda a gente cometeu falha naquele processo e arrasta-se, vai-se arrastando, vai andando, agora surgiu o problema dos cabos eléctricos lá por cima e há-de haver sempre um problema que vai dificultar isto tudo.

Ria. Penso que também foi o Dr. João Carlos Valente. Já aqui falámos sobre isso. Em relação a isto o caminho que nós definimos, depois desta reflexão, é o seguinte: primeiro temos que ver esta questão como uma questão regional, não é uma questão apenas do concelho de Aveiro. É uma questão de toda uma região. Por isso entendemos que a condução deste processo deve ser

através da Associação de Municípios da Ria. Segundo, também entendemos, que isso não significa que Aveiro se alheie dessa questão, não. Temos que criar aqui mecanismos no próprio concelho que envolvam entidades, instituições, e pessoas, também para terem um papel activo neste processo.

Por último ou em terceiro lugar, é fundamental a aprovação de um Plano Integrado Global, para toda esta zona. E em último lugar parece-nos importante a questão da criação da tal entidade da Ria. Nesse sentido, temos procurado colaborar com a AMRia, temos procurado aproveitar os momentos em que é propício para também criar alguma pressão às entidades oficiais. Temos tido reuniões com técnicos do Ministério do Ambiente, Secretário de Estado, com o Vice-presidente da Comissão de Coordenação Regional do Centro e com a AMRia — e estamos crentes, contrariando aquilo que aconteceu nos últimos anos aqui em Aveiro, em que a Ria foi sendo abandonada, penso que estamos no caminho certo para inverter essa situação.

Dr. Pires da Rosa, TGV. É uma questão muito complexa. É um assunto decisivo e importante para o futuro de Aveiro. E é um assunto que não é fácil. Nós continuamos a acompanhá-lo com insistência e esta semana vou ter mais uma reunião em Lisboa para abordar este assunto. Quanto à questão que colocou de o Presidente da Câmara desautorizar o senhor vereador, dizendo, ním! Percebe-se perfeitamente bem o duplo objectivo da forma como coloca o assunto. Por um lado criar uma imagem pública de alguma indefinição e por outro se possível, ainda era melhor, se houvesse aqui uma fractura entre o Presidente da Câmara e o Vereador. Acho que é um duplo objectivo que está perfeito, num enquadramento político está muito bem.

Só para dizer isto. A intervenção que eu tive na última Assembleia Municipal, resultou das conversas que eu tinha tido com o Senhor Vereador. E traduz aquilo que sei ser a sua leitura e os seus desejos e a sua vontade neste processo — que também é nossa vontade.

Eu limitei-me a dizer aquilo que o Senhor Vereador já tinha dito. Estamos em consonância e estamos de acordo com a letra e com o espírito e com o envolvimento do maior número possível de entidades e de instituições neste processo. Nesse sentido, amanhã, vamos ter mais uma reunião para continuar e dar percussão a este assunto.

Armando Vieira, obrigado também pelas palavras e pelo apelo sério e sensato que aqui nos trouxe. É verdade que temos que recentrar naquilo que é importante. Permita-me também que o felicite pelo trabalho que tem desenvolvido na ANAFRE e dizer-lhe que é para nós uma honra muito grande tê-lo no meio de nós. Obrigado.”

Membros da Assembleia

Presidente da Mesa em exercício ⁰⁴⁸

Vogal Raul Martins (PS) ⁰⁴⁹

Vogal Teresa Fidélis (PS) ⁰⁵⁰

Vogal João Barbosa (PS) ⁰⁵¹

Vogal Armando Vieira (PPD/PSD) ⁰⁵²

Vogal António Rodrigues (PS) ⁰⁵³

Vogal Pedro Pires da Rosa (PS) ⁰⁵⁴

Da Câmara Municipal

Vereador Pedro Ferreira ⁰⁵⁵

Vereador Miguel Capão Filipe ⁰⁵⁶

Não se verificando mais intervenções o Presidente da Mesa em exercício⁰⁵⁷ deu por encerrada a segunda reunião desta Sessão Ordinária de Junho, informando que a próxima reunião será no dia 09 de Julho (2.ª feira) pelas 20:30 horas.

Eram 01:00 horas do dia 03 de Julho de 2007.

Para constar e devidos efeitos se lavrou a presente acta, que tem como suporte gravação magnética de tudo quanto ocorreu na respectiva reunião, de acordo com o disposto no n.º 3 do artigo 43.º do Regimento, e vai ser assinada pelo Presidente da Assembleia e por mim, Manuel Cartaxo, funcionário municipal destacado nos Serviços de Apoio à Assembleia Municipal, que a elaborei nos termos legais.

(4:00)